

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ALLYANDRA CORDOVA SOUZA

A MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA: UM  
ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS ADOLESCENTES  
ATENDIDOS PELO PROGRAMA LIBERDADE ASSISTIDA DO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO  
EM: 20/02/2004.

*Teresa Kleba*  
**Teresa Kleba Lisboa**  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS

2003

ALLYANDRA CORDOVA SOUZA

A MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA: UM  
ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS ADOLESCENTES  
ATENDIDOS PELO PROGRAMA LIBERDADE ASSISTIDA DO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em  
Serviço Social, Departamento de Serviço  
Social, Centro Sócio-Econômico,  
Universidade Federal de Santa Catarina.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Silvana Rufino

FLORIANÓPOLIS

2003



ALLYANDRA CORDOVA SOUZA

A MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA: UM  
ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS ADOLESCENTES  
ATENDIDOS PELO PROGRAMA LIBERDADE ASSISTIDA DO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial  
para obtenção do título de Bacharel no curso de Serviço Social, do  
Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da  
Universidade Federal de Santa Catarina.

---

**Professora Silvana Rufino**  
**Orientadora**

---

**Marli Palma Souza**  
**Profª Doutora**

---

**Márcia Regina Ferrari**  
**Assistente Social**

**Florianópolis, dezembro, 2003.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, pois à ele devo tudo o que tenho e tudo o que sou, sem ele nada seria possível.

À minha orientadora Silvana Rufino, pela orientação imprescindível à elaboração deste trabalho.

À Assistente Social Márcia Regina Ferrari por sua dedicação, orientação, apoio e carinho para comigo durante e após o período de estágio.

À minha família, especialmente aos meus pais, por todo incentivo e compreensão durante toda minha vida e principalmente nesses quatro anos de graduação. Amo vocês!

Às amigas que conquistei durante o curso: Nivia, Priscila, Rosane e Helena obrigada por todos os momentos em que passamos juntas e pelo apoio recebido em todas as horas, vocês são importantes para mim.

À colega de curso Fernanda Scalzavara pela generosidade e atenção dispendidas a mim.

À todas as pessoas que direta ou indiretamente me apoiaram e contribuíram de alguma maneira para minha formação acadêmica e profissional.

Muito obrigada!

Por mais que não percebamos, tudo  
o que acontece em nossas vidas, é  
resultado de nossas escolhas, sejam  
elas conscientes ou não.

Paulo Berri

## RESUMO

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente aboliu-se o termo menor, adotando a concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos, entendidos como pessoa em desenvolvimento biopsicossocial.

Esse Estatuto que dispõe dos direitos e deveres de crianças e adolescentes assegura em relação ao adolescente autor de ato infracional, medidas sócio-educativas que visam a sua responsabilização pelo ato cometido, assim como sua promoção, a partir de uma ação educativa: é a passagem do binômio culpa-punição para educação.

Desta forma, a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida é aplicada com a finalidade de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente em conflito com a lei, para que este possa construir um novo projeto de vida longe da prática de atos infracionais.

Assim, o presente trabalho busca analisar a representação social dos adolescentes inseridos no Programa Liberdade Assistida do município de São José, sobre a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida.

Para tal, utilizamos como instrumento de coleta de dados, a entrevista semi-estruturada. Como principais considerações, destacamos que embora os adolescentes não saibam dizer do que se trata a medida de Liberdade Assistida em si, demonstram consciência da importância e da obrigatoriedade do seu cumprimento.

**Palavras-Chave:** Adolescente, ato infracional, Liberdade Assistida.

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Ilustração 1 – Gênero	54
Ilustração 2 – Faixa Etária	55
Ilustração 3 – Escolaridade	56
Ilustração 4 – Procedência	57
Ilustração 5 – Situação de Trabalho	58
Ilustração 6 – Uso de Drogas	59
Ilustração 7 – Ato Infracional Cometido	60
Ilustração 8 – Cometimento Reiterado	61

## LISTA DE SIGLAS

CIACAF – Centro Integrado de Atendimento à Criança, ao Adolescente e à Família

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

FIA – Fundo Municipal para Infância e Adolescência

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

LA – Liberdade Assistida

ONU – Organização das Nações Unidas

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNBEM – Política Nacional do Bem Estar do Menor

PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SIM – Sistema Integrado Municipal



## SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	VI
LISTA DE SIGLAS	VII
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I AS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL NO BRASIL	13
1.1 Histórico da Legislação Brasileira Relativa à Infância e à Juventude	13
1.2 Da Punição à Educação: as medidas sócio-educativas de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente	20
1.3 A Medida Sócio-educativa de Liberdade Assistida: da gênese ao momento atual	26
CAPÍTULO II A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ	31
2.1 Centro Integrado de Atendimento à Criança, ao Adolescente e à Família (CIACAF) - “Cidade da Criança”: histórico da instituição	31
2.2 O Programa Liberdade Assistida do Município de São José	37
2.2.1 Retratos de uma Vivência: a experiência do Estágio Curricular Obrigatório no Programa Liberdade Assistida do município de São José	40
2.3 As Teorias da Representação Social: um debate sobre os principais conceitos	42
CAPÍTULO III A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS ADOLESCENTES DO PROGRAMA LIBERDADE ASSISTIDA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ: A EXPLICITAÇÃO DA PESQUISA	47
3.1 Os Caminhos da Pesquisa: a metodologia utilizada	47

3.1.1 Objetivo Geral	48
3.1.2 Objetivos Específicos	48
3.1.3 Tipo de Pesquisa	49
3.1.4 Coleta de Dados	50
3.1.5 Instrumentos de Coleta de Dados	50
3.1.6 Registro dos Dados	52
3.1.7 Análise dos Dados Coletados	52
<b>3.2 As Imagens da Pesquisa: a apresentação dos dados coletados</b>	<b>53</b>
3.2.1 O Perfil dos Adolescentes que Cumpriram Integralmente a Medida Sócio-educativa de Liberdade Assistida no Município de São José	54
3.2.2 A Percepção dos Adolescentes inseridos no Programa de Liberdade Assistida do município de São José: relatos de algumas experiências	61
<b>3.3 Avanços e Retrocessos da Execução e Cumprimento da Medida de Liberdade Assistida: a análise e o tratamento dos dados obtidos</b>	<b>76</b>
<b>3.4 A Atuação do Serviço Social Frente ao Atendimento de Adolescentes em Conflito com a Lei: buscando respostas a essa realidade</b>	<b>84</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>94</b>
<b>APÊNDICE A</b>	<b>97</b>

## INTRODUÇÃO

A prática do ato infracional por adolescentes é um fato que não pode ser negado, e muito menos escondido. Tal situação suscita uma preocupação especial, pois estes sujeitos que convivem com a violência, como agente e/ou como vítima, têm seus direitos fundamentais ameaçados.

O Estatuto da Criança e do Adolescente garante aos adolescentes autores de ato infracional, direitos individuais, garantias processuais e maneiras de responder pelo ato cometido. Para eles, o ECA instituiu medidas sócio-educativas como uma consequência a seus atos, visando a responsabilização e a promoção, a partir de uma ação educativa, por entendê-los como pessoa em desenvolvimento.

As medidas sócio-educativas, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, são de cunho pedagógico, e aplicadas através de programas específicos. Tais programas não atuam sozinhos, pois necessitam estar articulados a uma rede de atendimento e a políticas públicas, que permitam ao adolescente usufruir seus direitos enquanto cidadão.

Essas medidas seguem uma ordem de complexidade; são aplicadas levando em consideração a capacidade de cumprimento por parte do adolescente, a gravidade do ato infracional praticado, a sua situação familiar e a disponibilidade de serviços na rede de atendimento.

A medida sócio-educativa de Liberdade Assistida é aplicada ao adolescente autor de ato infracional menos grave, ou também nos casos de egressos das medidas sócio-



educativas de internação e de semiliberdade. Ela pode ser aplicada isolada ou em conjunto com as demais medidas.

Essa medida caracteriza-se pelo acompanhamento, orientação e auxílio ao adolescente e sua família, no que tange a melhoria na qualidade de vida. É desenvolvida em meio aberto objetivando a participação familiar e comunitária no processo sócio-educativo.

Assim, por termos realizado o Estágio Curricular Obrigatório no Programa Liberdade Assistida do município de São José – SC, sentimos a necessidade de conhecer, de maneira ampla e profunda, esta temática, dando as possíveis contribuições para a prática profissional do assistente social no acompanhamento aos adolescentes que cumprem tais medidas, dando ênfase, à medida de Liberdade assistida.

No presente trabalho então, estaremos enfocando o cumprimento integral da medida sócio-educativa de Liberdade Assistida com o objetivo de analisar a Representação Social dos adolescentes inseridos no Programa Liberdade Assistida do município de São José, sobre a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida.

Para tanto, estruturamos este trabalho em três capítulos:

No primeiro deles, apresentamos um resgate histórico das políticas de atendimento ao adolescente autor de ato infracional no Brasil, abordando o histórico da legislação brasileira relativa à infância e à juventude, as medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, e a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida.

Para melhor situar o leitor, discorreremos no segundo capítulo, sobre as políticas de atendimento à criança e ao adolescente no município de São José, destacando o Centro Integrado de Atendimento à Criança, ao Adolescente e à Família, sobre o qual faremos um breve histórico, abordando os programas lá desenvolvidos. Após isso,

apresentaremos o Programa Liberdade Assistida do município de São José, e por fim, destacaremos o termo Representação Social, na visão de diversos autores que tenham trabalhado este tema, que se constitui a base deste trabalho.

No terceiro e último capítulo apresentaremos a metodologia utilizada para realizar a pesquisa, o perfil dos adolescentes que cumpriram integralmente a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida no município de São José, as entrevistas realizadas com adolescentes que cumpriram integralmente a medida de Liberdade Assistida no município, com o objetivo de reproduzir suas percepções acerca desta medida. Ainda, destacaremos a análise dos dados coletados e a atuação do Serviço Social frente ao atendimento de adolescentes em conflito com a lei, para enfim, apresentarmos as considerações finais de nosso estudo.

## **CAPÍTULO I AS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL NO BRASIL**

### **1.1 Histórico da Legislação Brasileira Relativa à Infância e à Juventude**

A história da legislação brasileira relativa à infância e à juventude, e seu sistema de atendimento será apresentada de acordo com os fatos significativos da história política brasileira, com intuito de entendermos as transformações das leis destinadas a este segmento, no que diz respeito à prática do ato infracional.

A primeira lei penal do império, o Código Criminal de 1830, de acordo com Sandrini (2002), foi considerado um grande avanço no campo jurídico, relativo aos menores de idade, pois aboliu as medidas punitivas consideradas bárbaras, contidas nas Ordenações do Reino de Portugal, que vigoravam até então. Antes de 1830, crianças e adolescentes eram punidos com a mesma severidade com que se puniam os adultos.

Este Código estabelecia o limite de responsabilidade penal fixado a partir dos catorze anos, impedindo a responsabilização criminal dos que tivessem idade inferior a esta, com a inclusão do critério de discernimento, ou seja, a capacidade de entendimento do ato infracional cometido.

De acordo com Rizzini (2000, p. 10), a Lei de 16 de dezembro de 1830 destacava que:

Se provar que os menores de quatorze anos, que tiverem cometido crimes, obraram com discernimento, deverão ser recolhidos à Casas de Correção, pelo tempo que ao Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda a idade de dezessete anos.



Em 1890 foi promulgado o Código Penal Republicano, no qual adotou-se outro critério de determinação da imputabilidade penal. Este Código, conforme Rosa (2001), determinava a imputabilidade penal a menores de nove anos de idade; no entanto, os maiores de nove e os menores de catorze anos ficavam sujeitos aos critérios do discernimento, submetidos à avaliação do magistrado.

Ressalta-se que a partir desse período, o conceito de menoridade passa a ser utilizado para designar crianças e adolescentes em situação de abandono ou de delito, conceito esse relacionado ao de marginalidade, sendo tratado como caso de polícia. Após isso, em 1926 instituiu-se o Código de Menores, conhecido como Código de Mello Mattos, sendo promulgado em 12 de outubro de 1927. Em seu Art. 1º declarava que:

O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinqüente, que tiver menos de dezoito anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e de proteção contidas neste código.

Já em seu Art. 26º, considerava abandonados os menores de 18 anos que:

- I – [...] não tenham habitação certa, nem meios de subsistência, por serem seus pais falecidos, desaparecidos ou desconhecidos ou por não terem tutor ou pessoa sob cuja guarda vivam;
- II – [...] se encontrem eventualmente sem habitação certa, nem meios de subsistência, devido a indigência, enfermidade, ausência, ou prisão dos pais ou pessoa encarregada de sua guarda;
- III – [...] tenham pai, mãe ou tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para com o filho ou pupilo ou protegido;
- IV – [...] vivam em companhia de pai, mãe, tutor ou pessoas que se entreguem habitualmente à prática de atos contrários à moral e aos bons costumes;
- V – [...] se encontrem em estado habitual de vadiagem, mendicância ou libertinagem;
- VI – [...] freqüentem lugares de jogo ou de moralidade duvidosa ou andem na companhia de gente viciosa ou de má vida;
- VII – [...] devido à crueldade, abuso de autoridade, negligência ou exploração dos pais, tutor ou encarregado de sua guarda, sejam:
  - a) vítimas de maus-tratos físicos habituais ou castigos imoderados;
  - b) privados habitualmente dos alimentos ou dos cuidados indispensáveis à saúde;

- c) empregados em ocupações proibidas ou manifestamente contrárias à moral e aos bons costumes, ou que lhes ponham em risco a vida e a saúde;
  - d) excitados habitualmente à gatunice, mendicidade ou libertinagem;
- VIII – [...] tenham pai, mãe, tutor, ou encarregado de sua guarda, condenado por sentença irrecorrível:
- a) a mais de dois anos de prisão por qualquer crime;
  - b) a qualquer pena como co-autor, cúmplice, encobridor ou receptador de crime cometido por filho, pupilo ou menor sob sua guarda, ou por crime contra estes.

Este Código ainda colocou a criança vítima, a criança infratora e criança negligenciada em uma mesma condição: a de menor abandonado. Institucionalizava o dever do Estado de assisti-los, devido a carência econômica. A partir disso, o Estado passou a fazer de *menores delinquentes* objeto de coerção com a pretensão de regenerar e educar.

De acordo com Sandrini (2002, p. 23):

A visão predominante do Código era o caráter corretivo, afirmando a necessidade de educar e disciplinar física, moral e civicamente os filhos de pais irresponsáveis. Com isso, individualiza-se o problema de cada menor, pela ausência dos pais ou sua incompetência, e se passa a ver na internação uma solução para uma socialização resignada.

O Código de Menores de 1927, no que se refere aos *menores infratores*, deixava claro que os menores de catorze anos não seriam submetidos a processo penal de espécie alguma; os maiores de catorze anos e os menores de dezoito anos seriam submetidos a processo especial; os situados na faixa etária entre dezesseis e dezoito anos seriam internados em estabelecimentos especiais, evidenciando periculosidade.

No término do ano de 1940 foi promulgado o Código Penal. De acordo com Rosa (2001) este Código aumentou a idade da imputabilidade penal para dezoito anos, ficando as crianças e os adolescentes à mercê das normas estabelecidas no Código de



Menores. O tratamento destinado aos *menores*, tanto abandonados quanto infratores, resumia-se ao internato.

Em 1942, é criado o Serviço de Assistência ao Menor – SAM – um órgão do Ministério da Justiça articulado com os Juizes de Menores, destinado a atuar junto aos *menores desvalidos e delinquentes*, cujo atendimento baseava-se em internação de *menores infratores* e patronatos para *menores carentes e abandonados*.

A existência de crianças e adolescentes pobres era vista como uma disfunção social e para corrigi-la. O SAM aplicava a fórmula do seqüestro social: retirava compulsoriamente das ruas crianças e adolescentes pobres, abandonados, órfãos, infratores e os confinava em internatos isolados do convívio social, onde passavam a receber um tratamento extremamente violento e repressivo. (VOLPI, 2001, p. 27).

O SAM adotou, durante seus mais de vinte anos de existência, um modelo correcional-repressivo; os reformatórios e os patronatos eram organizados nos moldes dos estabelecimentos prisionais, onde sua estrutura e seu funcionamento eram semelhantes aos do sistema penitenciário.

Em 20 de novembro de 1959 foi aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, a Declaração dos Direitos da Criança. Este documento de acordo com Rizzini (2000, p. 62) determinava que toda criança teria direito:

[...] à igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade; à especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social; a um nome e a uma nacionalidade; à alimentação, moradia e assistência médica adequada para a criança e a mãe; à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente; à educação gratuita e ao lazer infantil; a ser socorrida em primeiro lugar, em caso de catástrofes; a ser protegida contra o abandono e a exploração no trabalho; a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.

Em 1964, com o intuito de substituir o SAM, foi criada a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor – FUNABEM – como órgão normativo Federal, representada nos

Estados pelas FEBEM's, e tinha como responsabilidade formular e implantar a Política Nacional do Bem Estar do Menor – PNBEM.

Segundo Rosa (2001), a FUNABEM visava executar uma política de atenção contrária à do SAM, substituindo o enfoque correccional-repressivo, pelo enfoque assistencialista. Esta instituição herdou os *menores*, alguns funcionários, e a cultura organizacional do SAM.

Alguns anos mais tarde, em 1979, foi aprovado o novo Código de Menores, baseado na doutrina<sup>1</sup> da situação irregular, o qual teve sua aplicação condicionada às diretrizes da PNBEM. Trata-se de uma adaptação do Código de 1927, à nova conjuntura sócio-política.

Com caráter punitivo e arbitrário, este Código atribuía ao *menor* um tratamento indiferenciado, não importando se fosse pobre, abandonado, infrator ou carente. Em seu Art. 2º considera em situação irregular o *menor* que:

- I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
  - a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
  - b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;
- II - vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
- III - em perigo moral, devido a:
  - a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
  - b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;
- IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável
- V - com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;
- VI - autor de infração penal.

De acordo com Volpi (2001, p. 31):

---

<sup>1</sup> Doutrina consiste no conjunto de princípios que servem de fonte de Direito.



[...] o caráter mais perverso deste Código de Menores e da sua fundante Doutrina da Situação Irregular estava na homogeneização da categoria “menores”, em que os adolescentes autores de infrações penais e adolescentes vítimas de todo o tipo de abusos e exploração eram tratados igualmente por uma ação concreta de caráter penal eufemisticamente denominada de tutelar.

O tratamento dispensado aos *menores infratores* pouco diferia da legislação anterior, mesmo com a manutenção da inimputabilidade penal aos dezoito anos de idade.

Com relação à apuração de infração penal, de acordo com Sandrini (2002), alguns aspectos do Código de 1979 despertaram inúmeras críticas, tais como: o aumento dos poderes do Juiz de Menores; *menor* submetido a processos sem a garantia de defesa ou assistência de um advogado; permissão da prisão provisória de *menor* suspeito de cometer alguma infração, com ou sem flagrante; para maiores de dezoito anos permitiu aplicação de pena proporcional ao ato cometido, podendo ser internado por tempo indeterminado, independente de ter cometido algum ato infracional ou não.

Com o processo de democratização do país, instalado na década de 80, temos em 1988 a promulgação da Constituição Federal, também conhecida como Constituição Cidadã. Nessa Constituição insere-se o Art. 227º, baseado na doutrina de Proteção Integral, originado na proposta da Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança da ONU no ano de 1989. Quanto à proteção dos direitos da criança e do adolescente, a Constituição Federal regulamenta em seu Art. 227º que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A partir desse artigo da Constituição Federal, é aprovado em 13 de julho de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA<sup>2</sup> – revogando o Código de Menores de 1979 e a Política Nacional do Bem Estar do Menor. Em consequência disso aboliu-se o termo *menor*, adotando a concepção de infância e adolescência como sujeitos de direitos, independente de sua condição social, entendidos como pessoa em desenvolvimento.

Com relação ao ato infracional e suas consequências, o ECA determina que os adolescentes que cometeram tais atos devem ser submetidos a processos judiciais, sendo-lhes asseguradas garantias processuais, enquanto que, às crianças, na mesma condição, sejam aplicadas medidas de proteção: é a passagem do binômio culpa-punição para educação.

Essa afirmação é confirmada por Volpi (2001, p. 35), o qual alega que:

O cometimento de delito pelo adolescente deve ser encarado como fato jurídico a ser analisado assegurando-se todas as garantias processuais e penais, como a presunção da inocência, a ampla defesa, o contraditório, o direito de contraditar testemunhas e provas e todos os demais direitos de cidadania concedidos a quem se atribui a prática de um ato infracional.

Assim, o ECA propõe uma ação educativa no lugar dos instrumentos punitivos utilizados na lei anterior vigente, modificando o tratamento em relação à prática de ato infracional. Essa modificação configurou-se na aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes que infringiram a lei, visando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Buscando dar uma sequência ao assunto e explicitar uma idéia de complementaridade, destacaremos a seguir as medidas sócio-educativas previstas no ECA, aplicadas ao adolescente autor de ato infracional.

---

<sup>2</sup> Para efeitos de praticidade utilizaremos a sigla ECA quando nos referirmos ao Estatuto da Criança e do Adolescente.



## **1.2 Da Punição à Educação: as medidas sócio-educativas de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente**

O ECA, Lei 8069/90, que dispõe sobre os direitos e deveres de crianças e adolescentes, assegura em relação ao adolescente autor de ato infracional medidas sócio-educativas que visam a sua responsabilização pelo ato cometido, assim como sua promoção, a partir de uma ação educativa, por entendê-lo como uma pessoa em fase de desenvolvimento biopsicossocial.

Assim como a Constituição Federal de 1988, o ECA estabelece que a pessoa até 18 anos incompletos, é penalmente inimputável; porém atribui-lhe responsabilidade por seus atos infracionais, de acordo com suas características peculiares de pessoa em desenvolvimento, ou seja, reafirmou a inimputabilidade penal de crianças e adolescentes e atribuiu a estes, a responsabilidade sócio-educativa.

O ECA em seu Art. 103º considera ato infracional a “conduta descrita como crime ou contravenção penal”. No Art. 105º, determina que, às crianças em conflito com a lei, serão aplicadas as medidas de proteção previstas no Art. 101º, ao passo que aos adolescentes autores de ato infracional, serão aplicadas qualquer uma das medidas sócio-educativas previstas no Art. 112º.

Este Estatuto traz consigo uma nova concepção de tratamento a adolescentes em conflito com a lei, considerando que, para estes são reservadas garantias processuais e maneiras de responder pelo ato infracional cometido, diferenciando-os do adulto.

O adolescente, ao receber a medida sócio-educativa, terá restabelecido ou assegurado o direito de receber tratamento, de acordo com sua condição de pessoa em

desenvolvimento, de tal maneira, que lhe seja resgatada a cidadania, através da aplicação de uma proposta pedagógica a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social, em condições de dignidade, conforme preconiza o Art. 3º do ECA:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

O ECA estabelece que ao adolescente autor de ato infracional serão aplicadas e operadas medidas sócio-educativas por força de remissão ou de sentença, levando-se em consideração o ato infracional praticado, a situação pessoal, familiar, social, econômica e cultural do adolescente em questão, e a disponibilidade de programas e serviços em níveis municipal, regional e estadual.

As medidas sócio-educativas são alternativas encontradas pela lei para mostrar aos adolescentes que a infringiram, a gravidade e as conseqüências de seus atos. Por isso têm objetivos pedagógicos de reintegração social, nas quais procura-se criar condições para que o adolescente em conflito com a lei, construa um projeto de vida que o distancie da prática do ato infracional, evitando assim o cometimento reiterado<sup>3</sup>.

Segundo Veronese (2001, p. 88):

As medidas sócio-educativas devem manifestar-se através de uma ação pedagógica que favoreça ao adolescente, em primeiro plano, a possibilidade de vivenciar, de experimentar a aceitação, o reconhecimento verdadeiro, perante a sociedade e as leis do Estado.

Essas medidas são sanções de cunho pedagógico, sem caráter de pena, ou seja, não se busca a punição ou retribuição ao adolescente pelo ato infracional praticado. Para

<sup>3</sup> Cometimento reiterado é utilizado para designar reincidência, haja vista, que o termo reincidência é utilizado pelo Código Penal, lei esta que não se aplica a crianças e adolescentes.



isso, é necessário que a autoridade responsável, ao aplicar a medida sócio-educativa, considere que seu objetivo específico é a reeducação e o retorno à família e à comunidade, como preconiza o ECA em seu Art. 100º: “na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.”

De acordo com o Art. 112º do ECA, verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I- Advertência;
- II- Obrigação de Reparar o Dano;
- III- Prestação de Serviços à Comunidade;
- IV- Liberdade Assistida;
- V- Semiliberdade;
- VI- Internação;
- VII- Qualquer uma das previstas no Art. 101º, I a VI.

Segundo Sandrini (2002), as medidas sócio-educativas podem ser divididas em três categorias: as medidas auto-aplicáveis; as medidas aplicáveis em meio aberto, e as medidas cuja aplicação implica à restrição ou privação de liberdade.

As medidas auto-aplicáveis são consideradas medidas de menor grau de complexidade. São elas:

- a) **advertência:** trata-se de admoestação verbal, de caráter intimidatório, dada ao adolescente pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude, na presença dos pais ou responsáveis, do defensor do adolescente e do Promotor Público, que será reduzida a termo e assinada, conforme previsto no Artigo 115º do ECA;
- b) **obrigação de reparar o dano:** constitui-se na compensação dos danos causados pelo adolescente à vítima, no caso de infração com danos materiais. Poderá ser efetuado de três formas: restituição do bem, ressarcimento e/ou compensação do prejuízo de acordo com o Art. 116º do ECA. Caracteriza-se

como uma medida coercitiva e educativa, pois leva o adolescente a reconhecer o erro e repará-lo. A responsabilidade pela reparação do dano é do adolescente, sendo intransferível e personalíssima.

As medidas aplicáveis em meio aberto exigem o estabelecimento de programas que se encarreguem de sua execução. Segundo Sandrini (2002), a execução de tais medidas não priva o adolescente de seu meio social e familiar. São elas:

- a) **Prestação de Serviços à Comunidade:** conforme o ECA, Art. 117º, consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto à entidades assistenciais, bem como, em programas comunitários ou governamentais.

As tarefas relativas a esta medida deverão ser compatíveis com as potencialidades do adolescente, não poderão prejudicar a frequência à escola ou a jornada de trabalho e deverá ser aplicada com a concordância do adolescente. (SANDRINI, 2002, p.33).

- b) **Liberdade Assistida:** será adotada, conforme o ECA em seu Art. 118º, sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

As medidas de privação de liberdade ou restrição de liberdade são executadas em instituições fechadas ou parcialmente fechadas; exigem uma estrutura mais complexa, pois envolvem aspectos de segurança. São elas:

- a) **Semiliberdade:** o regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitando a realização de atividades externas, tais como: frequentar escola, visita familiar e desenvolver atividade remunerada conforme preconiza o ECA em seu Art. 120º. O adolescente deve permanecer confinado, tendo suas saídas



previamente programadas e controladas pelo estabelecimento executor da medida como menciona Sandrini (2002);

- c) **Internação:** trata-se de uma medida privativa de liberdade, na qual o adolescente permanece confinado em um estabelecimento que garantirá sua contenção, sendo aplicada apenas em última instância. De acordo com Volpi (2002, p.27) “embora o ECA tenha enfatizado os aspectos pedagógicos e não os punitivos ou repressivos, a medida de internação guarda em si conotações coercitivas e educativas.” Cabe aqui destacar que, a privação de liberdade não é em si a medida sócio-educativa e sim uma condição para que ela seja aplicada. Deste modo, a privação de liberdade significa apenas a restrição do direito de ir e vir, e não dos demais direitos constitucionais.

As medidas sócio-educativas têm como preceitos básicos para sua aplicação a determinação de representante do Ministério Público ou do Poder Judiciário, com direito à defesa; a gravidade do ato infracional e as circunstâncias em que o mesmo foi praticado; a condição sócio-familiar do adolescente; sua capacidade em cumpri-la, e a possibilidade de combinar as medidas sócio-educativas com as de proteção<sup>4</sup>.

Sandrini (2002, p. 34) nos lembra que:

Diante da necessidade de adequação à legislação, tem sido adotada uma prática na qual as ações mais complexas e onerosas, medidas com restrição ou privação de liberdade, devem ficar sob a responsabilidade do Poder Público Estadual e os programas de execução de medidas de meio aberto através de ações de consórcios de municípios em parceria com o Executivo Estadual.

---

<sup>4</sup> Ver inciso VII do artigo 112 do ECA que se refere ao dispositivo no artigo 101 sobre as medidas de proteção.

A aplicação das medidas sócio-educativas compete ao Juiz da Vara da Infância e Juventude, mas sua operacionalização é realizada através de programas específicos conforme menciona Pereira & Mestriner (1999, p. 09):

Na operacionalização das medidas sócio-educativas, a integração dos órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública, Justiça e Cidadania, é base fundamental, devendo se dar também com o órgão executor para agilização do atendimento e garantia dos direitos processuais ao adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional.

Na operacionalização e implementação das medidas sócio-educativas, leva-se em consideração o caráter descentralizado, no qual sua execução se dá sob a responsabilidade local. A municipalização do atendimento requer e depende das articulações políticas entre as várias esferas do poder, no âmbito governamental, não governamental, e pela participação da sociedade civil organizada, representadas no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

O ECA define em seu artigo 86º que “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Por isso Teixeira (1994, p. 60) nos lembra que:

É importante considerar que cabe aos órgãos federais e estaduais o estabelecimento de uma política nacional e estadual na área do adolescente autor de ato infracional. Política cujas diretrizes, executadas ao nível local, implica assessoria, supervisão e avaliação dos projetos e programas o que permite, inclusive, assegurar a qualidade do atendimento na área.



Ao órgão executor então, cabe articular os órgãos responsáveis pelas políticas públicas para a cobertura de programas que se fizerem necessários ao cumprimento das medidas sócio-educativas estabelecidas pelo ECA.

Estas então, constituem as medidas sócio-educativas aplicadas a adolescentes autores de ato infracional, de acordo com o ECA. Como forma de continuidade e por se tratar da medida sócio-educativa específica com a qual trabalharemos, veremos adiante algumas especificidades da medida de Liberdade Assistida.

### 1.3 A Medida Sócio-educativa de Liberdade Assistida: da gênese ao momento atual

Cabe destacar que a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida teve outras denominações antes da regulamentação do ECA. Veremos a seguir as diferentes denominações de acordo com cada legislação.

A liberdade vigiada, no Brasil, aparece em 1923 com o Decreto nº 16.272 de 20 de dezembro, regulamentando a assistência e proteção aos *menores abandonados e delinquentes*. Segundo Fernandes (1998, p. 116), o decreto dispõe em seu Art. 32º que:

O menor internado em escola de reforma poderá obter liberdade vigiada, concorrendo as seguintes condições:

- a) Se tiver 16 annos completos;
- b) Se houver cumprindo metade, pelo menos, do tempo de internação;
- c) Se não houver praticado outra infracção;
- d) Se fôr julgado moralmente regenerado;
- e) Se estiver apto a ganhar honradamente a vida, ou tiver meios de subsistência, ou quem lh'os ministre;
- f) Se a pessoa, ou família, em cuja companhia tenha de viver, fôr considerada idonea, de modo que seja presumível não commetter outra infacção.

De acordo com Fernandes (1998, p. 115):

[...] a concepção originária da liberdade vigiada, isto é, suspensão da execução da pena privativa de liberdade, sob vigilância, possibilita uma analogia com o livramento condicional.

O *menor* em livramento condicional permanecia sob os cuidados apenas do Patronato; já com a instituição da liberdade vigiada, o *menor* teve a possibilidade de ficar sob a responsabilidade dos pais, dos responsáveis ou do Patronato.

O Código de Menores de 1927 reservou seu capítulo VIII exclusivamente à liberdade vigiada. Ela implicava no controle sobre a conduta do *menor*, uma espécie de vigilância exercida sobre todos os seus passos.

Segundo Fernandes (1998), via-se a liberdade vigiada como uma dádiva, sem levar em consideração que se tratava de uma medida de restrição de liberdade, tendo em vista que eram impostas ao *menor* algumas condições. Esta medida não era restrita ao *menor* internado; ampliava-se para qualquer *menor delinqüente* ou *abandonado*, ficando estes sob o arbítrio do Juiz.

O Código de Menores de 1979 especificou seis medidas aplicáveis ao menor em situação irregular ou com desvio de conduta pela autoridade judiciária, conforme o Art. 14º. São elas:

- I – advertência;
- II – entrega aos pais ou responsável, ou pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade;
- III – colocação em lar substituto;
- IV – imposição do regime de liberdade assistida;
- V – colocação em casa de semiliberdade;
- VI – internação em estabelecimento educacional, ocupacional, psicopedagógico, hospitalar, psiquiátrico ou outro adequado.

Conforme este Código, o regime de Liberdade Assistida era aplicado com o fim de vigiar, auxiliar, tratar e orientar o *menor*, sendo a medida imposta por sentença,



ficando sob responsabilidade da autoridade judiciária fixar as regras de conduta do *menor* e designar pessoa capacitada para acompanhar o caso, conforme preconiza o seu Art. 38º.

Em contraposição à Liberdade Vigíada proposta no Código de Menores de 1927, e à Liberdade Assistida, proposta no Código de Menores de 1979, a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida prevista no ECA pode ser considerada um meio de proteção, por se tratar de uma medida de acompanhamento, orientação e apoio que visa privilegiar os vínculos familiares, levando em consideração as peculiaridades do adolescente, a realidade em que vive, suas características e seus valores, como forma de resgate da cidadania.

De acordo com Veronese (2001, p. 65):

De fato a função da Liberdade Assistida como medida a ser cumprida em meio aberto é a de dar um tratamento mais especializado ao infrator adolescente adequando-se a execução de cada medida ao perfil peculiar de cada indivíduo.

A Liberdade Assistida é uma medida sócio-educativa aplicada ao adolescente, autor de ato infracional, como medida inicial, ou também, nos casos de egressos das medidas de internação e de semiliberdade. É desenvolvida em meio aberto, o que permite ao adolescente o direito de ir e vir livremente, fator fundamental para a superação da prática do ato infracional, já que o adolescente tem a oportunidade de continuar seu convívio familiar, comunitário, escolar e profissional.

O ECA, no que diz respeito à medida, traz dois artigos que lhe são específicos. São eles:

Art. 118 – A Liberdade Assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º. A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º. A Liberdade Assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Art. 119 – Incumbe ao orientador, com o apoio e supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I – promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II – supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III – diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV – apresentar relatório do caso.

De acordo com Fernandes (1998), a Liberdade Assistida constitui um instituto jurídico sócio-educativo com a finalidade de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente autor de ato infracional, buscando assim, a promoção social não só do adolescente, mas também, de sua família.

Conforme Teixeira (1994, p. 58):

A Liberdade Assistida é uma medida que pela sua natureza implica, para sua implantação e execução, na mudança da mentalidade de exclusão e estigmatização do adolescente autor de ato infracional, pois exige o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários do jovem e necessita de uma retaguarda de programas e serviços em educação, saúde, lazer e vagas no mercado de trabalho.

A medida sócio-educativa de Liberdade Assistida reveste-se de uma política de proteção especial, na qual faz-se necessário a articulação das políticas sociais básicas, visando a efetivação e garantia dos direitos fundamentais do adolescente e de sua família.

Está inserida no contexto da municipalização do atendimento a adolescentes em conflito com a lei, pois não se trata de um programa autônomo; este necessita estar ligado a uma rede de serviços e programas de atenção a adolescentes, no qual é essencial a

atuação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, a partir do estabelecimento de diretrizes e articulações políticas necessárias.

De acordo com Giustina (1998), o Programa de Liberdade Assistida deve estar estruturado no nível municipal, sendo gerenciado e desenvolvido pelo órgão executor, em parceria com o Judiciário, o qual tem como responsabilidade, supervisionar e acompanhar as ações do programa.

Sendo assim estaremos explicitando no próximo capítulo como ocorreu o processo de implantação e implementação do Programa Liberdade Assistida no município de São José, em parceria com o Juizado da Infância e Juventude da Comarca deste município.



## **CAPÍTULO II A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**

### **2.1 Centro Integrado de Atendimento à Criança, ao Adolescente e à Família (CIACAF) - “Cidade da Criança”: histórico da instituição**

As políticas de atenção e atendimento à criança e ao adolescente no município de São José, tiveram seu marco inicial, de acordo com o Projeto Político Social do CIACAF (2003), no ano de 1991, quando o então prefeito Dioces João Vieira, sancionou a Lei n.º 2.262, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

A Lei, em seu Capítulo II, cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e no Capítulo III, instaura o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA no município de São José.

Após isso, em 1994 a Lei n.º 2.611, cria o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente no município, em cumprimento ao artigo 132º do ECA. A criação deste órgão configurou-se como um avanço para legitimar e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, trazendo consigo, a criação de várias ações que buscavam garantir o que prevê o ECA.

Visando resgatar a dignidade e a cidadania das crianças e dos adolescentes do município, lesados em seus direitos constitucionais, por ação ou omissão da família, da sociedade e do Poder Público, em setembro de 1997, a Prefeitura Municipal de São José, sob a administração do Prefeito Dário Elias Berger, assume junto à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, a responsabilidade de desenvolver políticas públicas ligadas à área da criança e do adolescente.



Em decorrência dessa proposta, originou-se o Projeto Criança SIM (Sistema Integrado Municipal). Este projeto contava com o apoio dos programas da Secretaria do Desenvolvimento Social, e programas específicos para atendimento às suas demandas (Abrigo, Família Substituta, Orientação e Apoio Sócio-Familiar, Auxílio Alimentação).<sup>1</sup>

No Projeto Criança SIM, as famílias eram assistidas por uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, entre outros, visando o desenvolvimento bio-psicopedagógico-social<sup>2</sup>, além de buscar, junto às famílias, caminhos que propiciassem melhores condições de vida, ressaltando a importância do convívio familiar e comunitário.

A partir do ano de 2000 com a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)<sup>3</sup>, e os Programas Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), bem como do Programa Sentinela, houve necessidade de ampliar as ações integradas entre os Programas.

Assim, buscando uma dinâmica de integração para estes programas de atendimento às crianças, adolescentes e suas famílias, nasce o Centro Integrado de Atendimento à Criança, ao Adolescente e à Família (CIACAF)<sup>4</sup> – “Cidade da Criança” - no ano de 2001, numa mesma perspectiva do Projeto Criança SIM.

O Projeto contempla uma proposta mais ampliada, no que se refere ao aspecto da multidisciplinariedade, enfocando o atendimento à família em sua totalidade. Para tanto, foram implantados e implementados programas que atendam a demanda apresentada, a qual foi diagnosticada pelos atendimentos prestados nos programas do

<sup>1</sup> Estes programas foram implantados durante o Projeto Criança SIM.

<sup>2</sup> Termo comumente utilizado pelos profissionais da instituição.

<sup>3</sup> Trata-se de um Programa executado a nível Federal, no qual o processo de repasse das bolsas se dá através do encaminhamento da relação das famílias inseridas neste programa para a Secretaria Estadual da Família, bem como para o Banco do Brasil e setor de contabilidade desta secretaria.

<sup>4</sup> Para efeitos de praticidade utilizaremos a sigla CIACAF para designar o Centro de Atendimento à Criança, ao Adolescente e à Família.

antigo Projeto Criança SIM, colaborando para o conhecimento do perfil e das situações em que vivem as famílias cadastradas.

O CIACAF funciona dentro das instalações da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, do qual faz parte, tendo como responsáveis atualmente, a Secretária do Desenvolvimento Social, Sr.<sup>a</sup> Rosemere Bartucheski Berger, e o Diretor do CIACAF, Sr. Elói Prim.

A instituição fica localizada na Br 101, Km 202 nº 3697, em Barreiros – São José/SC. Segundo o Projeto Político Social do CIACAF (2003), exalta-se como missão, envolver os diversos segmentos da sociedade no desenvolvimento de ações sociais dirigidas às crianças e aos adolescentes e suas famílias deste município, propiciando oportunidades de estudar, brincar, aprender, resgatar valores, favorecendo o relacionamento interpessoal, em busca da qualidade de vida.

O atendimento do CIACAF está direcionado às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, bem como suas famílias, residentes neste município, tendo como objetivo, articular e integrar as políticas sociais públicas que garantam os direitos das crianças e dos adolescentes, incentivando o desenvolvimento intelectual, afetivo, moral e social, e ainda, enfatizando a valorização da família, de acordo com o ECA.

Alguns programas do antigo Projeto Criança SIM permaneceram, porém, foram implantados e implementados novos programas visando atender a demanda crescente, que ora se apresentava a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

As crianças, adolescentes e suas famílias são encaminhadas aos programas da Secretaria de Desenvolvimento Social pelo Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude da Comarca de São José, e pelo próprio Plantão de Atendimento desta Secretaria.



Após o encaminhamento, são recebidos pela triagem, composta por uma equipe multiprofissional, que tem como função ler e analisar cada encaminhamento recebido para então, inserir o usuário num programa pertinente. A equipe da triagem fica responsável pela emissão do primeiro informativo, que deve ser enviado ao órgão que fez o encaminhamento, exceto no caso dos Programas Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, onde o encaminhamento se dá diretamente entre Juizado e estes programas.

Atualmente o CIACAF possui oito Programas de Atendimento, que são:

**a) Programa Abrigo/ Família Substituta/ Apadrinhamento Afetivo:**

- Programa Abrigo<sup>5</sup>: trata-se de uma medida de proteção, provisória e excepcional, prevista no ECA, para atender crianças e adolescentes deste município “desprotegidos” e em estado de abandono social e/ou com seus direitos fundamentais violados, não implicando em privação de liberdade;
- Programa Família Substituta<sup>6</sup>: tem como objetivo atender as múltiplas necessidades das crianças e adolescentes inseridos no Programa Abrigo, que estão em situação de violência física, sexual, psicológica, negligência, maus tratos, abandono social, entre outros, impossibilitados de retornar de imediato à família de origem;
- Programa Apadrinhamento Afetivo: visa oportunizar as crianças e/ou adolescentes inseridos no Programa Abrigo, bem como, a construção de vínculos afetivos, e desenvolver potenciais que estejam coibidos por falta de estímulo, atenção e afeto, além de proporcionar, através do padrinho ou madrinha afetivo, o auxílio material, momentos de lazer e diversão,

<sup>5</sup> O Programa Abrigo está regulamentado nos Artigos 92 e 93 do ECA.

<sup>6</sup> O Programa Família Substituta tem como objetivo colocar em prática o que o ECA prevê nos Artigos 28 à 32.



considerados importantes para o desenvolvimento biopsicossocial da criança e/ou do adolescente.

**b) Programa Liberdade Assistida/Prestação de Serviços à Comunidade:**

ambos os programas têm o objetivo de assistir, promover e orientar o adolescente, autor de ato infracional, no que diz respeito a sua formação educacional, profissional, familiar, bem como, em seu desenvolvimento biopsicossocial, através de acompanhamentos sistemáticos, informando regularmente através de relatórios, ao Juizado da Infância e Juventude da Comarca de São José, a atual situação dos adolescentes inseridos nestes programas;

**c) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil:** procura atender crianças e adolescentes com faixa etária de sete à dezesesseis anos incompletos, que se encontram em situação de trabalho e exploração infantil, nas atividades consideradas penosas, insalubres e degradantes, juntamente com suas famílias, proporcionando, através da Bolsa Criança Cidadã, o acesso ao ensino básico fundamental, bem como a garantia de seus direitos e de cidadania, contribuindo para o seu pleno desenvolvimento;

**a) Programa Família Cidadã:** visa atender as necessidades das crianças e adolescentes e suas famílias, em caráter emergencial ou temporário, através da assistência de auxílios materiais, orientação, apoio e acompanhamento, a fim de resguardar seus direitos enquanto cidadãos;

**b) Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto (Jornada Ampliada):** tem por objetivo proporcionar às crianças e aos adolescentes inseridos no CIACAF, através de atividades lúdicas, esportivas e culturais, um espaço aberto, criativo e estimulador, onde a arte, a cultura, o esporte, o lazer e a

profissionalização, possibilitem o resgate de suas necessidades psico-pedagógicas-sociais;

- c) **Centro de Referência Sentinela:** oferece um serviço de natureza especializada e permanente, implantada no município em parceria com o Ministério da Previdência e Assistência Social<sup>7</sup>, objetivando o desenvolvimento de ações sociais especializadas no atendimento e proteção imediata à crianças e adolescentes vitimizados e suas respectivas famílias, também como no combate, na prevenção e na erradicação do fenômeno da violência;
- d) **Centro Educacional Municipal Cidade da Criança:** tem como objetivo proporcionar um processo de interação entre ensino e aprendizagem, envolvendo a construção, a transmissão e a aquisição de conhecimentos sistematizados para o desenvolvimento das habilidades necessárias à inserção do cidadão no mundo do trabalho, bem como, para convivência social, crítica e transformadora, através de apoio pedagógico para crianças e adolescentes, inseridos nos programas do CIACAF, que apresentam dificuldades escolares.

Dentre os Programas destacados acima, desenvolvemos nosso Estágio Curricular Obrigatório no Programa Liberdade Assistida. Em virtude disso, destacaremos nas linhas que seguem, as particularidades deste programa no município de São José.

---

<sup>7</sup> Hoje, este ministério não existe mais, foi reordenado para Ministério da Previdência e Ministério da Assistência Social e Promoção.



## 2.2 O Programa Liberdade Assistida do Município de São José

Em 1998, segundo Ferrari (2002), foi firmado um convênio entre Prefeitura Municipal de São José e Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania<sup>8</sup>, sob o nº 1.593/1998-8, sendo previsto o atendimento de 386 metas para acompanhamento de adolescentes em conflito com a lei, através dos Programas Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, objetivando a regulamentação do atendimento em conformidade com os Artigos 117º e 118º do ECA.

A implantação destes programas efetivou-se em 09 de agosto de 2000, sob a coordenação da Assistente Social Márcia Regina Ferrari, conforme Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Seu objetivo é oferecer suporte para que os adolescentes autores de ato infracional reflitam sobre suas ações, através da oportunidade de construção de um processo de cidadania, enfocando a valorização da auto-estima e seu desenvolvimento psicológico, moral, educacional, profissional e social.

O Programa Liberdade Assistida<sup>9</sup> está regulamentado nos Artigos 112º inciso IV, 118º e 119º do ECA, dentre uma das medidas que, isolada e/ou em conjunto poderá ser adotada pelo Juizado da Infância e Juventude, como cumprimento legal ao adolescente autor de ato infracional. O Programa acompanha o adolescente no período mínimo de seis meses, conforme preconiza o ECA em seu Artigo 118º, § 2º:

---

<sup>8</sup> A nomenclatura dessa secretaria foi reordenada para Secretaria do Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

<sup>9</sup> Os Programas Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade do município de São José foram implantados no mesmo momento e funcionam juntos atualmente sob a coordenação da Assistente Social Márcia Regina Ferrari. Como o trabalho é direcionado para a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, daremos maior ênfase no histórico do Programa Liberdade Assistida.



A Liberdade Assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e Defensor.

Quando implantado, o Programa Liberdade Assistida no município de São José, contava com uma equipe composta por uma assistente social (coordenadora), uma psicóloga e uma estagiária de Serviço Social.

O acompanhamento aos adolescentes era realizado quinzenalmente através de atendimentos individuais intercalados entre a assistente social e a psicóloga. Percebendo que os atendimentos quinzenais dificultavam o estabelecimento de um vínculo entre equipe e adolescente, iniciaram-se atendimentos individuais semanais e visitas domiciliares sistemáticas à família, com o objetivo de conhecer a realidade do adolescente, suas relações interpessoais e envolver a família no processo sócio-educativo.

Conforme Ferrari (2002), no ano de 2001, o Programa Liberdade Assistida de São José, sofreu algumas modificações. Após avaliação da equipe, os atendimentos individuais semanais, passaram a ser em grupo, pois na visão dos profissionais, a mudança proporcionaria um maior envolvimento entre os adolescentes do programa, possibilitando assim, a troca de experiências e a reflexão entre os mesmos.

A partir dessa experiência surgiu a idéia da implantação de um Projeto Piloto de Oficina Terapêutica, iniciando as atividades com a oficina de pintura em tela, realizada semanalmente com a duração de uma hora e meia, sob a supervisão de uma professora de artes. Esta oficina era iniciada com uma dinâmica de grupo aplicada pela psicóloga, visando um maior entrosamento entre os participantes.

Segundo Ferrari (2002), no final do ano de 2001, encerrou-se a primeira experiência do Projeto Piloto de Oficina Terapêutica com uma exposição dos trabalhos no Fórum da Comarca de São José.

Já no início do ano de 2002, houve uma nova mudança nos atendimentos realizados pela equipe do Programa. De acordo com dados de Ferrari (2002), os encontros semanais passaram a ter quatro horas de duração, sendo divididos entre uma hora de debates e reflexões sobre diversos temas, realizado pela equipe de Serviço Social; quarenta minutos de dinâmica de grupo, realizada pela psicóloga; vinte minutos para o lanche coletivo, realizado no refeitório do CIACAF, juntamente com crianças e adolescentes atendidos por outros programas; duas horas de pintura em tela, sob a coordenação da professora de artes. Paralelamente à Oficina Terapêutica, eram realizados atendimentos individuais aos adolescentes, pela equipe de Serviço Social, não obrigatórios, além dos atendimentos individuais com a psicóloga agendados conforme encaminhamento pela equipe de Serviço Social.

Além das oficinas, os atendimentos e o acompanhamento à família continuaram através de visitas domiciliares e orientações e conversas individuais com os familiares, tanto pela equipe de Serviço Social, como pela equipe de Psicologia, observando sempre as necessidades manifestadas pela família.

E então, como forma de enriquecimento do trabalho, e por considerar o Estágio Curricular Obrigatório importante por possibilitar-nos condições de identificação do espaço sócio-ocupacional do Serviço Social na instituição, explicitaremos a seguir, um pouco da experiência vivenciada no Programa Liberdade Assistida no município de São José.



### ***2.2.1 Retratos de uma Vivência: a experiência do Estágio Curricular Obrigatório no Programa Liberdade Assistida do município de São José***

O estágio foi realizado nos Programas Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade do município de São José no período de março a agosto de 2003, numa tentativa de oportunizar aos adolescentes atendidos, condições de superação de sua condição, muitas vezes marcada pela exclusão social, e proporcionar o acesso à formação de valores positivos que contribuíssem para a formação de sujeitos capazes de encontrar em seu meio social, a direção para uma vida melhor.

Nestes programas, quando os adolescentes se apresentam para o cumprimento de uma das medidas, ou até mesmo das duas, é realizado primeiramente, o atendimento individual, com a equipe de Serviço Social, e preenchida uma ficha de admissão perante o adolescente, registrando seus dados pessoais, e confeccionada uma pasta personalizada, que chamamos de dossiê. Nela são anexadas todas as informações obtidas sobre o adolescente e sua família durante todos os atendimentos realizados no período do cumprimento da medida.

Durante o estágio, todas as segundas-feiras, eram realizados atendimentos aos adolescentes que estavam cumprindo as medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Consistiam em orientação psicológica individual, em grupo (Oficina Terapêutica) e atendimento com a equipe de Serviço Social.

Os encontros variavam, de acordo com o número de adolescentes presentes. Quando havia um número considerável de adolescentes realizava-se a Oficina Terapêutica, onde o psicólogo desenvolvia atividades com os jovens; quando compareciam poucos adolescentes, optava-se pelo atendimento psicológico individual, seguido do atendimento



pela equipe de Serviço Social, ou seja, pela assistente social ou pelas estagiárias, sob devida supervisão.

Durante as oficinas pôde-se observar que havia maior participação dos adolescentes que cumpriam a medida de Liberdade Assistida, em relação aos que cumpriam a medida de Prestação de Serviços à Comunidade, motivo que dificultou o contato com os adolescentes que estavam cumprindo a medida de Prestação de Serviços à Comunidade.

As Oficinas Terapêuticas contribuíram para um melhor conhecimento dos adolescentes, pois em grupo eles falavam mais e conversavam entre si sobre diversos assuntos, muitas vezes, se desligando da presença da equipe.

As visitas domiciliares foram realizadas uma vez por semana, com objetivo de acompanhar o adolescente em suas atividades ocupacionais, seu desempenho escolar e profissional, e envolver a família neste processo sócio-educativo, buscando assim, o resgate da cidadania da família.

Todos os atendimentos foram registrados em forma de relatórios e anexados ao dossiê de cada adolescente inserido nestes programas.

Nos contatos com os adolescentes dos programas, percebemos que os mesmos sentem-se desestimulados em comparecer aos atendimentos propostos pela equipe, definindo como “chatas” as atividades desenvolvidas.

Por esse motivo nos propusemos, através dessa pesquisa, mostrar a percepção dos adolescentes inseridos no Programa Liberdade Assistida no município de São José, sobre a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida.

O presente trabalho tem por objetivo a reprodução de uma percepção, que, de acordo com Minayo (1998), trata-se de uma Representação Social. Então para melhor situar o leitor, passaremos a discorrer a seguir, um pouco mais sobre o termo.

## 2.3 As Teorias da Representação Social: um debate sobre os principais conceitos

As representações sociais nas ciências sociais, segundo Minayo (1998), são definidas como categorias de pensamento, de ação e de sentimentos que expressam uma dada realidade. Baseando-nos nessa afirmação, apresentaremos neste estudo, algumas abordagens dos principais autores que trabalharam a questão das representações sociais.

De acordo com Minayo (1998), Durkheim utiliza o termo representação social com o mesmo sentido de representação coletiva, referindo-se a categorias de pensamento, através das quais, determinada sociedade elabora e expressa sua realidade, categorias estas, que surgem ligadas a fatos sociais passíveis de observação e interpretação. Para ele, é por meio das representações coletivas que se pode traduzir a maneira como o grupo pensa em suas relações com os objetos que os afetam.

Para Weber as idéias ou representações sociais, “[...] são juízos de valor que os indivíduos dotados de vontade possuem. Portanto, as concepções sobre o real têm uma dinâmica própria e podem apresentar tanta importância quanto à base material”.(MINAYO, 1998, p. 161).

Segundo Minayo (1998), Weber diz que é importante pesquisar as idéias como parte da realidade social, mas é necessário compreender a que instâncias do social, determinado fato deve sua maior dependência, levando-se em consideração os diferentes fatores que influenciam na formação social. Assim a ação humana em qualquer caso, é significativa e deve ser pesquisada.

Ela destaca:

[...] Weber, junto com Durkheim, nos remete à importância de compreensão das idéias e de sua eficácia na configuração da sociedade apelando ao estudo empírico do desenvolvimento histórico. Por outro lado não contradiz à possibilidade também histórica de conjunturas sócio-



econômicas provocarem concepções e atitudes específicas. Por isso a forma com a qual pensa as idéias é de relação de adequação com a estrutura sócio-econômica e política. (1998, p.163).

Para Jovchelovitch (1994), as representações sociais não são um agregado de representações individuais, da mesma forma que o social é mais que um agregado de indivíduos. Assim, a análise das representações sociais concentra-se nos processos de comunicação e vida, que não somente as engendram, mas que também lhe conferem uma estrutura peculiar.

Já Schutz, utiliza o termo senso comum para designar as representações sociais do dia-a-dia. Para o autor, segundo Minayo (1998), da mesma forma que o conhecimento científico, o senso comum envolve conjuntos de *abstrações*, formalizações e generalizações, as quais são construídas e interpretadas a partir do mundo cotidiano.

Minayo (1998, p. 164), complementa: “[...] a existência cotidiana, segundo Schutz, é dotada de significados e portadora de estruturas de relevância para os grupos sociais que vivem, pensam e agem em determinado contexto social”.

Para Schutz ainda, cada ator social tem um conhecimento de sua experiência e atribui relevância a determinados temas, aspectos ou situações, de acordo com sua história anterior. Por isso, o senso comum é importante, pois através dele, o sujeito social faz sua própria definição da situação; o sujeito age e atribui significados à sua ação, de acordo com sua história de vida e seu conhecimento, adquirido pelas experiências de interação com os que o rodeiam.

Numa outra linha de pensamento, Minayo (1998) cita Marx, que traz como categoria chave para tratar do campo das idéias, a consciência. Tanto as representações sociais, como as idéias e os pensamentos para este autor, são o conteúdo da consciência, que é determinada pela base material.



Na concepção de Marx, a vida determina a consciência e esta se manifesta através da linguagem. Desta forma, a consciência e a linguagem estão comprometidas com as condições de classe, na qual as idéias dominantes de cada época são as idéias da classe dominante.

Spink (1994), por sua vez, afirma que as representações são também uma expressão da realidade intra-individual, uma exteriorização do afeto, deste modo as representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais, sociais, integrando a cognição, a linguagem e a comunicação às relações sociais que afetam as representações sociais, e à realidade material e social, sobre as quais elas intervêm.

Este autor ainda nos mostra que, aceitar a diversidade implícita do senso comum não significa necessariamente abrir mão do consenso, pois algo comum sempre sustenta uma determinada ordem social.

Minayo (1998), destaca ainda, a concepção de Gramsci sobre representação social. Para ele o senso comum enquanto matéria-prima ou como representação social tem um potencial transformador, pois as representações sociais são tidas como uma combinação de idéias que contêm elementos de tradição e de mudança.

Para este autor, “[...] mesmo como pensamento fragmentário e contraditório, o senso comum deve ser recuperado criticamente, uma vez que ele corresponde espontaneamente às condições reais de vida da população”. (Minayo, 1998, p. 169).

Já Luckács, de acordo com Minayo (1998), acredita que as representações sociais estão ligadas a noção de visão de mundo, podendo ser entendida como um conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias. Concorde que nas consciências individuais se expressa a consciência coletiva, pois o conceito de visão de mundo apreendido através do indivíduo, é a integração desse pensamento individual no conjunto da vida social.

Segundo Abric (1998), a representação social como uma visão de mundo permite ao indivíduo ou ao grupo dar um sentido às suas condutas, e compreender a realidade através de seu próprio sistema de referências, permitindo assim, ao indivíduo se adaptar e encontrar seu lugar nesta realidade.

Então, a partir das contribuições destacadas nas linhas anteriores, é possível afirmar que as representações sociais se manifestam em palavras, condutas e sentimentos, podendo ser analisadas a partir da compreensão dos comportamentos e estruturas sociais.

Por serem ao mesmo tempo ilusórias, contraditórias e verdadeiras, as representações podem ser consideradas matéria-prima para a análise do social e também para a ação pedagógico-política de transformação, pois retratam a realidade. Porém, é importante observar que as representações sociais não conformam a realidade e seria outra ilusão toma-las como verdades científicas, reduzindo a realidade à concepção que os atores fazem dela. (MINAYO, 1998, p. 174)

É importante lembrar ainda, que a mediação para se compreender as representações sociais, é a linguagem como elemento indispensável nas relações humanas e sociais, pois a compreensão da fala, exige, ao mesmo tempo a compreensão das relações sociais que ela expressa.

Abric (1998), nos chama atenção ainda, para o fato de a representação funcionar como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com seu meio físico e social, determinando seus comportamentos e suas práticas.

Da mesma forma, Spink (1994) não nos faz esquecer que as representações sociais precisam ser entendidas a partir do contexto que as engendram e de sua funcionalidade nas interações sociais do cotidiano.

Por isso, as representações devem ser analisadas criticamente, pois correspondem a situações reais de vida. E é isso o que trabalharemos no próximo capítulo:

a representação social de adolescentes que cumpriram, e de outros que ainda cumprem, a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida no município de São José, explanando sobre sua aplicação e funcionamento.



### **CAPÍTULO III A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS ADOLESCENTES DO PROGRAMA LIBERDADE ASSISTIDA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ: A EXPLICITAÇÃO DA PESQUISA**

#### **3.1 Os Caminhos da Pesquisa: a metodologia utilizada**

Desde o início do programa até o período de Estágio Curricular Obrigatório, treze adolescentes cumpriram integralmente a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida no município de São José, e sete ainda estavam cumprindo, totalizando vinte adolescentes. Esse é o universo pesquisado para a pesquisa quantitativa, buscando traçar o perfil dos adolescentes que cumpriram integralmente a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida.

Os adolescentes foram escolhidos com o auxílio da coordenadora do Programa, utilizando o critério de maior acessibilidade, ou seja, os adolescentes que seriam encontrados facilmente e que poderiam se dispor a participar da pesquisa qualitativa.

Inicialmente, dez adolescentes foram selecionados para o embasamento da pesquisa. Destes, cinco já haviam cumprido integralmente a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, e outros cinco, ainda estavam cumprindo, após o período de estágio.

Ao buscar o contato efetivo com os dez adolescentes, observamos algumas dificuldades, como o difícil acesso aos endereços, a situação atual de um deles, que se encontrava preso, e a não aceitação em participar do trabalho.

Assim, este estudo conta com a participação de seis adolescentes: três deles já haviam cumprido e três que ainda estavam cumprindo a medida de Liberdade Assistida.

### ***3.1.1 Objetivo Geral***

- Analisar a Representação Social dos adolescentes inseridos no Programa Liberdade Assistida do município de São José, em relação a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida.

### ***3.1.2 Objetivos Específicos***

- Traçar o perfil dos adolescentes que cumpriram e continuaram cumprindo a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, inseridos neste programa;
- Descrever a percepção dos adolescentes sobre a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida;
- Identificar a importância do envolvimento da família no processo sócio-educativo;
- Conhecer as experiências de relacionamento entre os adolescentes do programa durante o cumprimento da medida;
- Verificar o tipo de reflexão realizada pelo adolescente sobre o ato infracional cometido;
- Identificar que tipo de colaboração teve o cumprimento da medida de Liberdade Assistida, na vida de cada adolescente;
- Buscar uma avaliação geral do programa, da equipe e dos profissionais de Serviço Social, por parte dos adolescentes.



### 3.1.3 Tipo de Pesquisa

A pesquisa que ora apresentamos, pode ser classificada como qualitativa e quantitativa. Classifica-se como qualitativa quando, segundo Chizzotti (1995) as pessoas que participam desta pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos de senso comum e representações, formadoras de uma concepção de vida que orientam as suas ações individuais. Todos os sujeitos são dignos de estudo, todos são iguais, mas permanecem únicos, e todos os seus pontos de vista são relevantes.

Por outro lado, é considerada quantitativa, pois, de acordo com Chizzotti (1995) prevê a mensuração de variáveis pré-estabelecidas, na qual procura-se verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, por intermédio da análise da frequência de incidências e de correlações estatísticas. Nesse tipo de pesquisa o pesquisador descreve, explica e prediz, diferente da pesquisa qualitativa, que o pesquisador participa, compreende e interpreta.

Numa abordagem quantitativa, definida a população, busca-se um critério de representatividade numérica que possibilite a generalização dos conceitos teóricos que se quer testar. Numa busca qualitativa, preocupamo-nos menos com a generalização e mais com o aprofundamento e abrangência da compreensão seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação. (MINAYO, 1998, p. 102).

É com base nesses elementos e conceitos que utilizamos as duas caracterizações de pesquisa: quantitativa, porque buscamos traçar um perfil dos adolescentes inseridos no Programa Liberdade Assistida do município de São José, e qualitativa, já que nos propusemos a analisar a Representação Social destes adolescentes sobre a aplicação da medida sócio educativa de Liberdade Assistida neste programa.

### **3.1.4 Coleta de Dados**

Segundo Chizzotti (1995), a coleta de dados é a etapa da pesquisa que exige mais tempo e trabalho para se reunir informações, comportando algumas normas que dependem e se ajustam ao tipo de estudo que se empreende.

Com base nos objetivos propostos, dividimos a coleta de dados em três momentos: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, e a entrevista.

### **3.1.5 Instrumentos de Coleta de Dados**

Primeiramente realizamos uma pesquisa bibliográfica que de acordo com Lakatos & Marconi (1991), abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado. Este tipo de pesquisa não é meramente uma repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto, mas propicia uma análise de um tema sob uma nova abordagem ou enfoque, o que permite chegar a conclusões inovadoras.

Esta pesquisa foi realizada através de leituras sobre o objeto da pesquisa, com o intuito de destacar os principais pontos teóricos e operacionais abordando diferentes autores que trabalham com a categoria pesquisada.

Num segundo momento, com base na pesquisa quantitativa, realizamos, também, uma pesquisa documental, que segundo Gil (1991), vale-se de materiais que não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa, enquanto na pesquisa bibliográfica, utiliza-se fundamentalmente, as contribuições de diversos autores sobre um determinado assunto.



Esta pesquisa foi realizada nos arquivos do Programa Liberdade Assistida do município de São José, visando coletar dados para traçar o perfil dos adolescentes que cumpriram a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida.

Finalizando a etapa de coleta de dados, utilizamos a entrevista como um instrumento de investigação social, visando coletar dados a respeito de um determinado assunto, como menciona Lakatos & Marconi (1991).

De acordo com Minayo (1998, p. 109):

O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas.

Optamos por utilizar a entrevista semi-estruturada, pois de acordo com Triviños (1987), este tipo de entrevista, na pesquisa qualitativa, é considerada um dos principais meios para se realizar a coleta de dados, pois ao mesmo tempo em que valoriza a presença do pesquisador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o entrevistado tenha liberdade e espontaneidade nas respostas.

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. (TRIVIÑOS, 1987, p. 145).

De acordo com Minayo (1998), a entrevista semi-estruturada parte da elaboração de um roteiro, consistindo em enumerar de forma mais abrangente possível, as questões que o pesquisador pretende abordar, partindo dos pressupostos relacionados ao objeto de investigação.

Esta entrevista semi-estruturada foi realizada junto aos seis adolescentes previamente selecionados, que cumpriram e que ainda cumprem a medida sócio educativa de Liberdade Assistida no Município de São José, objetivando compreender a sua representação social sobre a aplicação desta medida, no programa do município.

### ***3.1.6 Registro dos Dados***

Utilizamos a gravação como forma de registrar as informações obtidas através dos entrevistados adicionando a este material, algumas percepções durante e após a realização das entrevistas, de maneira que não desprezásemos nenhum dado coletado.

### ***3.1.7 Análise dos Dados Coletados***

Conforme menciona Lakatos (1991), a análise permite ao pesquisador entrar em maiores detalhes sobre os dados coletados, a fim de conseguir respostas às suas indagações. A elaboração da análise é realizada em três níveis: interpretação, explicação e especificação.

Já Chizzotti (1995), afirma que a análise permite compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo e suas significações. Trata-se de uma explicação do conjunto de dados reunidos a partir de uma conceitualização da realidade percebida ou observada.



Para o autor, a escolha do procedimento mais adequado depende do material a ser analisado, dos objetivos da pesquisa e da posição ideológica e social do analisador.

Por isso, na análise dos dados desta pesquisa, buscaremos intermediar os dados coletados, as percepções da realidade dos adolescentes, do ambiente do programa de Liberdade Assistida, a atuação da equipe de Serviço Social, embasados nos principais autores que abordam tais assuntos.

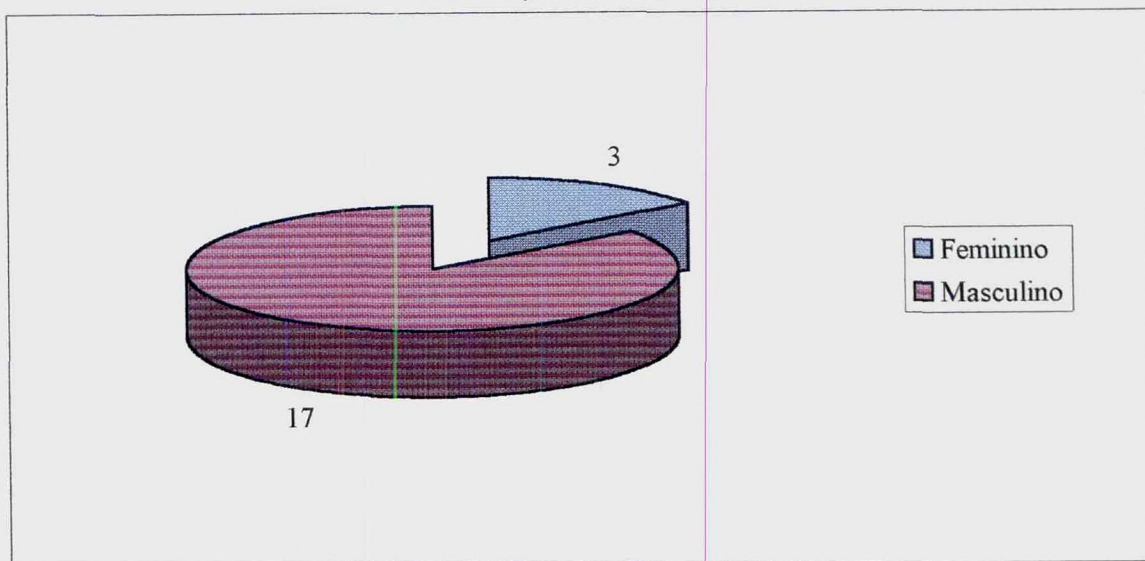
### **3.2 As Imagens da Pesquisa: a apresentação dos dados coletados**

Apresentaremos, agora, os dados coletados na pesquisa de campo. Para uma melhor visualização, dividiremos a apresentação em duas partes. A primeira, referente ao perfil dos adolescentes que cumpriram integralmente a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida no município de São José.

Em seguida, descreveremos os dados referentes às entrevistas realizadas com adolescentes que cumpriram e estão cumprindo a medida de Liberdade Assistida neste município, para, depois, analisarmos em conjunto, todos os dados apresentados.

### ***3.2.1 O Perfil dos Adolescentes que Cumpriram Integralmente a Medida Sócio-educativa de Liberdade Assistida no Município de São José***

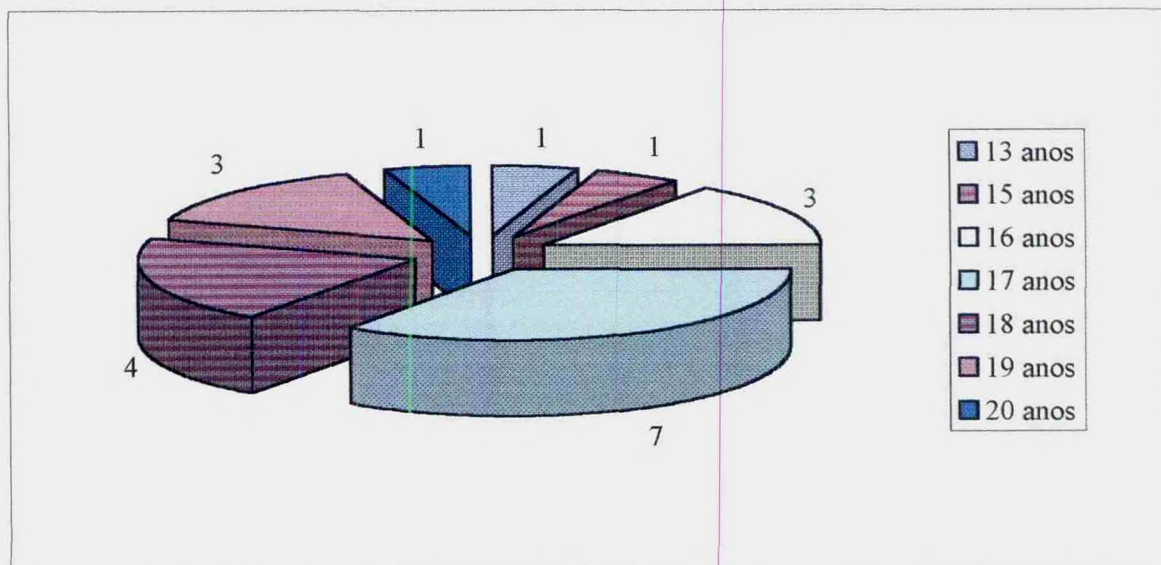
**Ilustração 1 - Gênero**



Fonte: Dossiês do Programa Liberdade Assistida do Município de São José.  
Elaborado por: Allyandra Cordova Souza

Podemos observar na ilustração 01 que dos vinte adolescentes que cumpriram integralmente a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida no município de São José, dezessete (85%) são do sexo masculino e três (15%) são do sexo feminino.

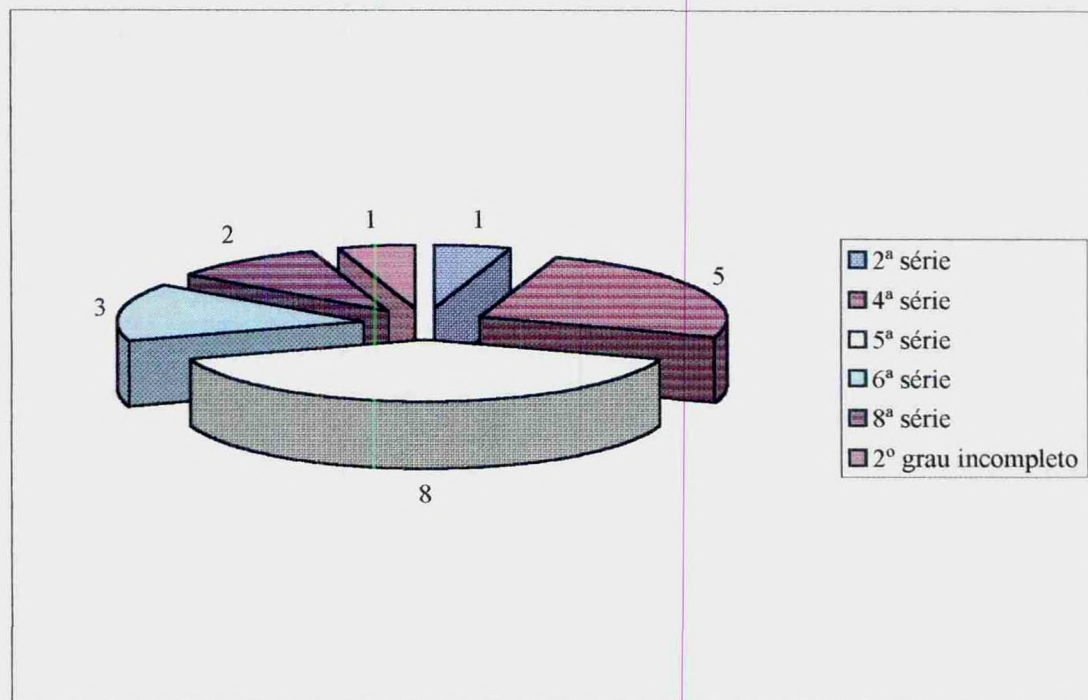


**Ilustração 2 - Faixa Etária**

Fonte: Dossiês do Programa Liberdade Assistida do Município de São José.  
Elaborado por: Allyandra Cordova Souza

É possível observar pela ilustração 02 que a faixa etária dos adolescentes atendidos pelo programa é bem variada. Dos adolescentes que cumpriram integralmente a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida no município de São José, um (05%) estava com treze anos; um (05%) estava com quinze anos; três (15%) estavam com dezesesseis anos; sete (35%) estavam com dezesete anos; quatro (20%) estavam com dezoito anos; três (15%) estavam com dezenove anos, e um (05%) estava com vinte anos.

### Ilustração 3 - Escolaridade



Fonte: Dossiês do Programa Liberdade Assistida do Município de São José.

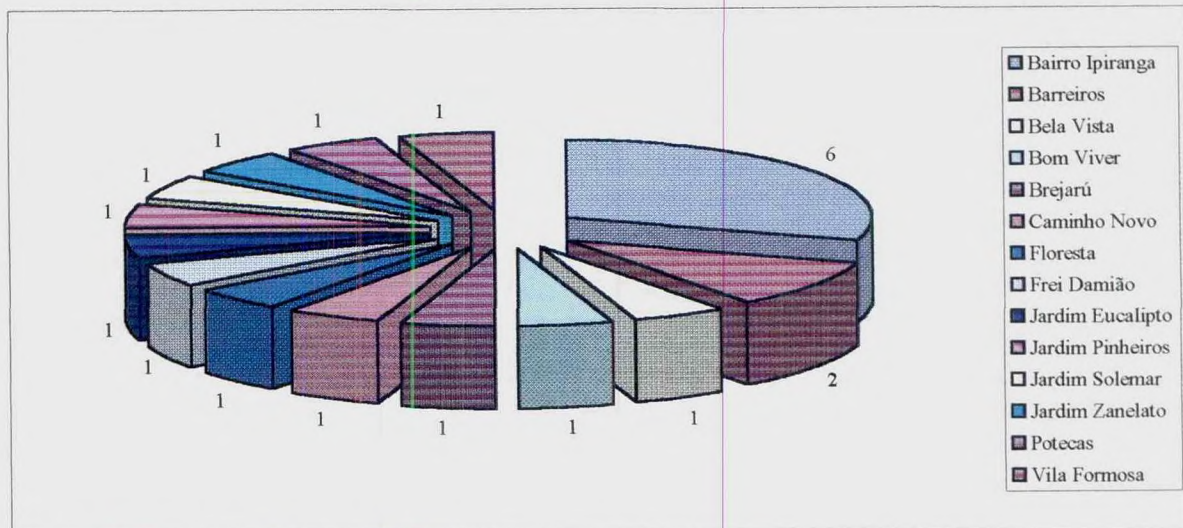
Elaborado por: Allyandra Cordova Souza.

Ressalta-se que, a maioria dos adolescentes atendidos pelo programa possuíam distorção série/idade. Como mostra a ilustração 03, um adolescente (05%) havia cursado apenas a segunda série; cinco (25%) haviam cursado até a quarta série; oito (40%) até a quinta série; três (15%) até a sexta série; dois (10%) até a oitava série, e apenas um (05%) estava cursando o segundo grau.

Este fato reflete problemas comuns entre adolescentes em situação de Liberdade Assistida, já que convivem de forma irregular, seja na família, na escola, com os amigos, enfim têm ou são submetidos à ações que se relacionam umas com as outras.



Ilustração 4 - Procedência



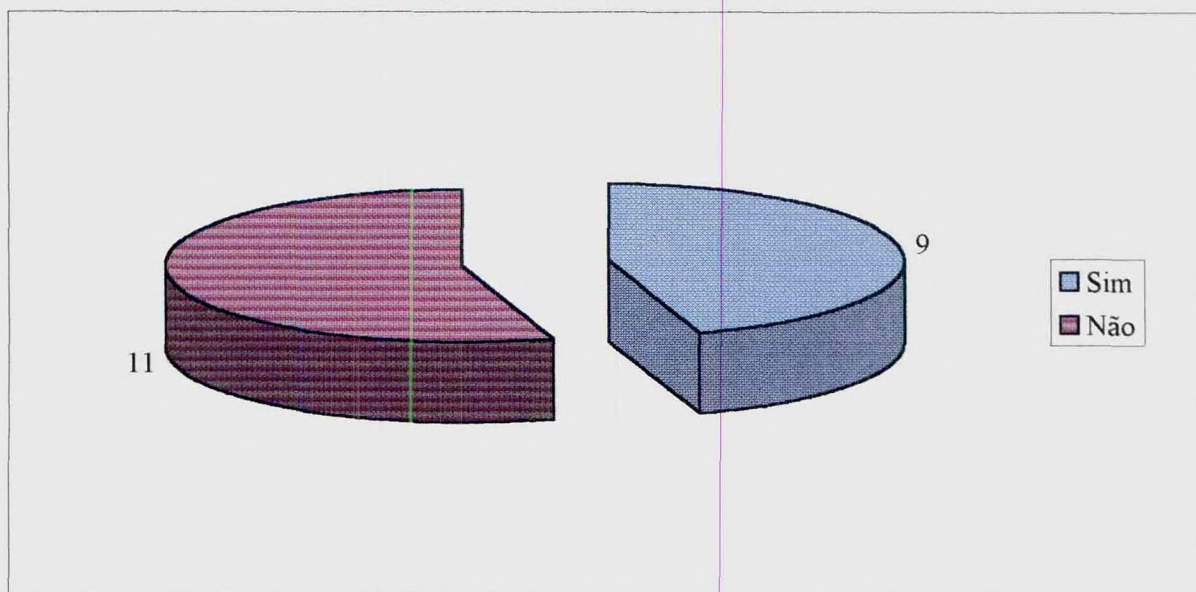
Fonte: Dossiês do Programa Liberdade Assistida do Município de São José.

Elaborado por: Allyandra Cordova Souza

Na ilustração 04, percebemos que os adolescentes que cumpriram a medida de Liberdade Assistida no município de São José são procedentes de diversos bairros, localizados não somente neste município, mas também de municípios vizinhos. Tal fato deve-se a não existência de programas específicos na maioria dos municípios, sendo que nos outros que possuem o programa, a demanda apresentada é também maior que as condições de controlá-la.

Numericamente, destacam-se seis adolescentes (30%) que moram no bairro Ipiranga; dois (10%) que moram em Barreiros; 20% correspondem aos adolescentes que moram em bairros localizados em outros municípios como: Bom Viver (Biguaçu), Brejarú; Caminho Novo, Frei Damião (Palhoça). Os demais correspondem a 40% dos adolescentes que residem nos demais bairros localizados no município de São José, como: Bela Vista, Floresta, Jardim Solemar, Jardim Zanelato, Potecas, Jardim Eucalipto, Jardim Pinheiros e Vila Formosa.

Tais dados mostram que o programa atende todo o município, o que implica na existência de uma estrutura adequada, seja em equipe, em espaço físico e, principalmente, na obtenção de resultados.

**Ilustração 5 - Situação de Trabalho**

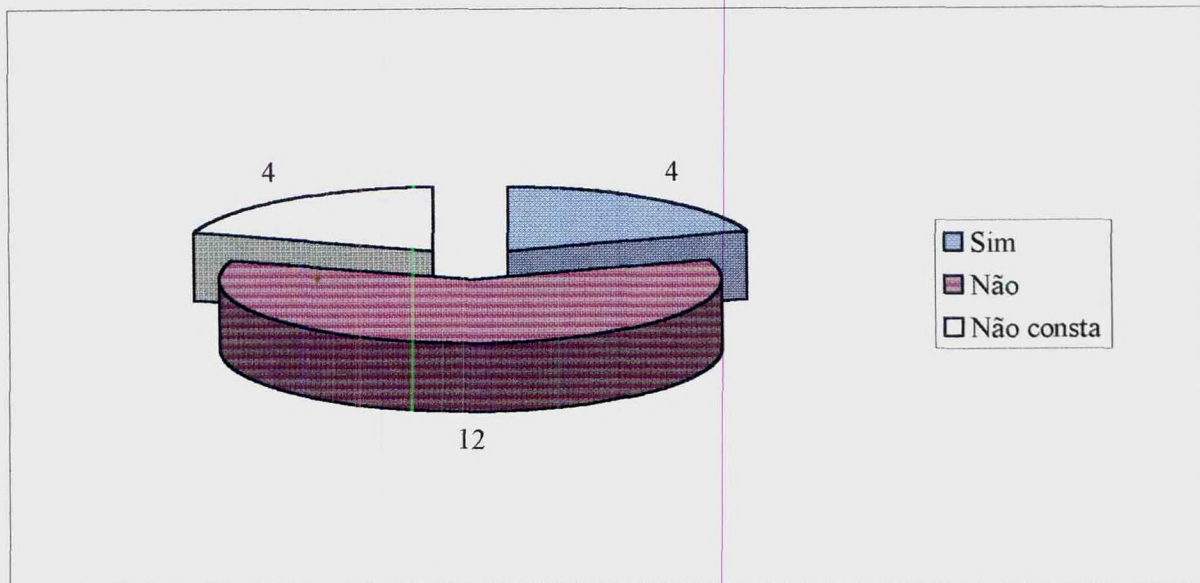
Fonte: Dossiês do Programa Liberdade Assistida do Município de São José.

Elaborado por: Allyandra Cordova Souza

Como podemos ver na ilustração 05, onze adolescentes (55%) possuem alguma ocupação, ou seja, estão inseridos no mercado de trabalho, seja formal ou informalmente. Esta situação implica como fator positivo para o desenvolvimento do Programa Liberdade Assistida, pois o trabalho desenvolve nos adolescentes, qualidades como responsabilidade, honestidade e valorização do tempo dispensado nas atividades propostas pela equipe do programa. Nesse sentido, com quase a mesma proporção, nove (45%) estão fora do mercado de trabalho, fazendo parte de uma grande parcela da população que atualmente encontra-se desempregada.



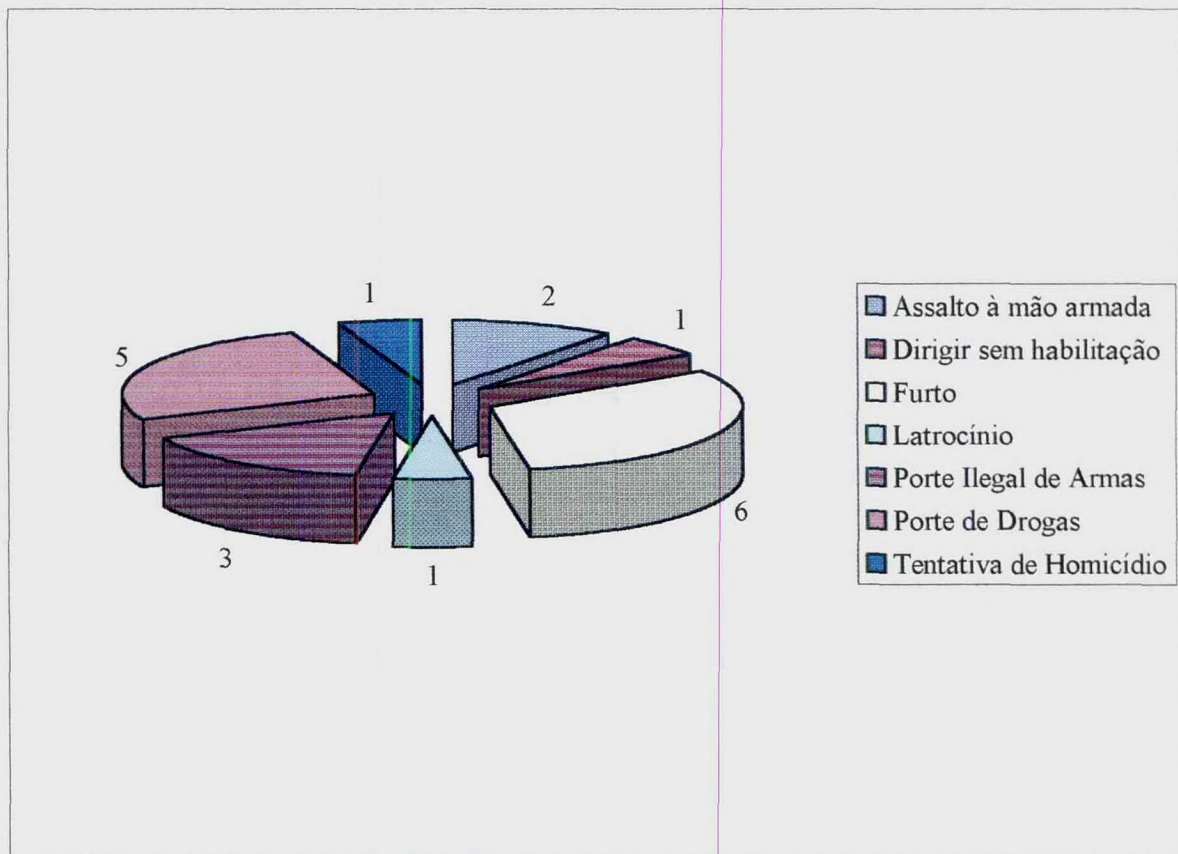
**Ilustração 6 - Uso de Drogas**



Fonte: Dossiês do Programa Liberdade Assistida do Município de São José.  
Elaborado por: Allyandra Cordova Souza

A ilustração 06 mostra-nos que 20% dos adolescentes que cumpriram a medida faziam uso de algum tipo de substância tóxica, sendo que os tipos não foram mencionados pela maioria. Pode-se considerar esta informação de extrema relevância, já que os jovens têm grande facilidade de envolverem-se com drogas e até mesmo, vendê-las. Percebemos que na ilustração acima, 60% afirmaram não ter nenhum envolvimento com drogas.

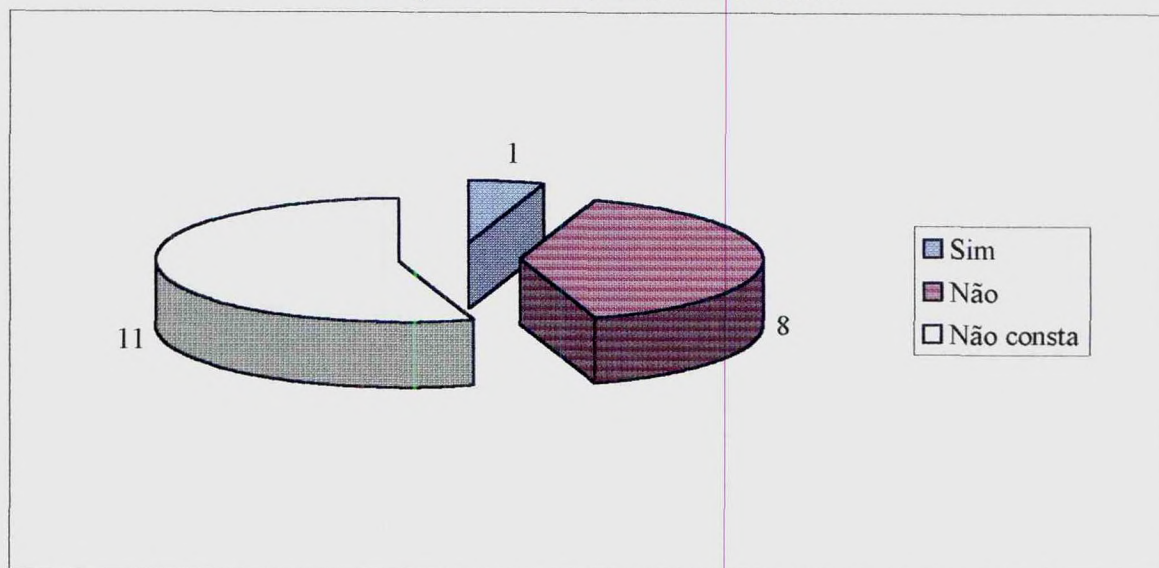
### Ilustração 7 - Ato Infracional Cometido



Fonte: Dossiês do Programa Liberdade Assistida do Município de São José.  
Elaborado por: Allyandra Cordova Souza

Podemos constatar na ilustração 07 que dois adolescentes (10%) tiveram a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida homologada, por terem cometido assalto à mão armada; um adolescente (05%) por ter sido pego dirigindo sem habilitação; seis (30%) por furto; um (05%) por latrocínio; três (15%) por porte ilegal de armas; cinco (25%) por porte de drogas e um (05%) por tentativa de homicídio. Ressalta-se aqui, que alguns adolescentes cumpriram em conjunto, as medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

**Ilustração 8 - Cometimento Reiterado**



Fonte: Dossiês do Programa Liberdade Assistida do Município de São José.  
Elaborado por: Allyandra Cordova Souza

De acordo com a ilustração 08 apenas um adolescente (05%) confirmou ter praticado outros atos infracionais antes de cumprir a medida; oito (40%) afirmaram ter cometido somente o ato infracional que resultou no cumprimento da medida.

### ***3.2.2 A Percepção dos Adolescentes inseridos no Programa de Liberdade Assistida do município de São José: relatos de algumas experiências***

Relataremos a seguir as entrevistas realizadas com os adolescentes que cumpriram e/ou que ainda cumprem a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, no período de 23 de outubro a 02 de dezembro de 2003.

Para tanto, utilizamos nomes fictícios visando preservar a identidade dos entrevistados. Ao longo das citações foi empregado a simbologia “[...]” como forma de suprimir algumas partes das falas e reticências para expressar pausas nas falas dos



entrevistados, assim como também, foram transcritas na íntegra as respostas e comentários, de modo que se preservasse a maneira peculiar de falar de cada um dos adolescentes.

Nossa primeira entrevista foi realizada no dia 23 de outubro de 2003, na casa do adolescente Adilson (17 anos), que já conhecíamos da época do estágio, e que estava cumprindo a medida por ter cometido assalto à mão armada. O jovem que reside com a esposa e o filho nos recebeu prontamente, pensando ser uma visita rotineira do Programa Liberdade Assistida. Iniciamos com uma breve explicação sobre o motivo que nos levou ao seu encontro, já que não estava ligado ao programa, mas que se tratava de uma pesquisa acadêmica.

Adilson aceitou contribuir com nossa pesquisa, não se importando com o uso do gravador.

Quanto à medida sócio-educativa de Liberdade Assistida o adolescente falou abertamente sem demonstrar dificuldade:

*Foi explicado naquele dia né... fui lá, tive na entrevista, fui em três entrevista lá. Pra mim significou uma coisa que muda a pessoa né. Se a pessoa tiver a cabeça boa, muda. Tudo a vez que foi vindo aqui foi dado palestra tudo, foi conversado comigo e eu mudei, até a pessoa que eu era assim. Hoje eu sou diferente, não penso mais como pensava. Antes era minha vida era só fulia né, agora não, agora já mudou.*

O adolescente referiu-se às orientações dadas pela equipe do programa como palestras. Apesar de não ter apresentado dificuldade ao falar sobre o assunto, não conseguiu explicar o que havia entendido pela medida sócio-educativa em si.

Com relação ao ato infracional cometido Adilson afirmou ter refletido durante o período do cumprimento da medida:

*A gente sempre pensa né, que é um erro que a gente faz né e a partir do momento que nós fizemos aquilo de lá... depois eu fui preso, fiquei lá, depois saí de lá e comecei a cumprir assim... demoro um tempo né, vocês*

*vieram atrás aí, tudo, eu não fui...depois que eu fui, daí depois que eu comecei a í lá daí eu comecei a mudar assim, até antes de eu í lá, saí da cadeia tudo, pra mim era a mesma coisa, eu ia continuar, mais depois que eu fui lá melhora daí. Não penso mais em fazer né, porque naquele dia nós tava armado tudo, só tava uma moça né, e se a moça falasse qualquer coisa nós tava ali pro que desse e viesse, não tem... agora não penso mais fazer isso, nunca mais... é um erro que a gente comete na vida.*

Observa-se na fala que, apesar de não ter sido indagado sobre o ato cometido, Adilson sentiu-se à vontade e falou abertamente sobre o que aconteceu.

Quando questionado sobre o cumprimento da medida e sua colaboração para alguma mudança, o adolescente mencionou:

*Que nem do que eles ajudam assim, coisa assim? Que eles me ajudaram foi bastante coisa né, tudo que nós precisamos aí né, nós pedia lá, nós ganhava... agora to desempregado temo si mantendo assim, temo passando por causa da ajuda de lá. A mudança é que mudou minha vida né, mudou pra melhor, quando antes de eu começá a í lá, começá a fazer a medida assim, eu não tinha nada, não tinha... andava sempre aí pela rua fazendo fúria, depois que eu fui pra lá daí que eu criei cabeça, agora vo decidi, vo fazer minha vida, vo construí alguma coisa pra mim daí fiz... hoje tenho minha casa, tenho minhas coisinha né, criei bem mais cabeça.*

Adilson referiu-se a ajuda material fornecida pelo programa, ressaltando sua importância, e mencionou a contribuição da medida para uma mudança em sua vida para melhor. Conforme seus relatos, ficou evidente a imagem percebida pelo adolescente sobre o trabalho desenvolvido no programa, ou seja, uma imagem assistencialista.

Pedimos ao adolescente que fizesse uma avaliação geral do Programa Liberdade Assistida e da equipe que o atendeu. O jovem foi bastante sucinto:

*Não tenho nem o que fala, são tudo ótimo, tudo mundo que converso comigo, quem me deu opinião assim, pra mim tudo, tudo ótimo... foi só siguí mesmo e si dá bem.*

Perguntamos se haveria alguma sugestão para a equipe e para o programa, e Adilson falou um tanto entusiasmado:



*Não, assim de muda só uma coisa, que esses dias tava pensando assim... de sai nas casa dos rapaiz novo faze palestra, dá conselho e é uma coisa que eu tava pensando esses dia né, que até eu tava pensando que vai vence os meus seis meses, eu vo sai né, só que se fosse pra mim volta assim que nem para mim i nas casa dum dá uma opinião eu ia.*

Adilson mostrou interesse em fazer algo para “ajudar” outros jovens que se encontram na mesma situação, tornando mais útil o tempo do cumprimento da medida, através da participação ativa, ou seja, uma troca de experiências entre jovens que cometeram atos infracionais e que “pagaram” por isso, levando em frente suas experiências. Seria, um trabalho de orientação visando a prevenção: uma sugestão a ser pensada, e posteriormente, aplicada nas comunidades onde residem os adolescentes.

Pedimos ao jovem que falasse sobre sua família e sua participação durante o cumprimento da medida. Destacou:

*[...]Minha família é boa né. Nunca me mandaram eu faze o erro assim, como eu cometi, nunca mandaram né, jamais vão manda e... A mãe quando ela descobriu que daí não tinha mais... nós andava sendo seguido pela polícia tudo, na Palhoça nós era direto seguido pela polícia, que era já formação de quadrilha né, nós tava em seis, iam os helicóptero tudo lá em cima e nós sempre escondido, daí um dia eu vim pra casa da mãe e contei pa mãe e aí depois eu voltei lá, aí quando eu vim pra cá a mãe já tinha arrumado pra nós i no Fórum, só que a mãe sabia que eu ia fica preso né, aí eu fui daí quando eu vi que não tinha mais pra mim...contei tudo pro Juiz, teve advogado tudo.*

Com relação ao grupo Adilson referiu:

*Não sei, amizade assim que nem eu fiz lá né, fiz poca amizade porque eu não fui muitas veiz lá né, agora tudo os rapaiz que tavam lá dá pra vê que assim que assim que...até teve um que acho que tava de moto lá, uma cara bem legal não tem, converso comigo... no dia que nós assistimo o filme lá também chego e conversô comigo e depois eu não fui mais né, vocês vieram aí, aí não foi preciso eu i lá.*



O jovem mencionou ter feito poucos amigos no programa devido ao seu não comparecimento aos atendimentos propostos pelo programa, pois como estava trabalhando, a equipe do programa realizou visitas domiciliares como forma de acompanhamento de Adilson e sua família. Este, além da demanda pequena, foi mais um dos obstáculos que prejudicaram a interação entre os adolescentes que estavam cumprindo a medida.

Adilson afirmou também, já ter feito uso de drogas, a partir dessa fala:

*[...] já usei sim não tem, usei quando saia com meus amigos. [...] quando chegava de noite no final de semana saia e gastava oitenta, cem real em cocaína, só que daí depois chego um dia que eu bati com a moto, daí depois daquilo lá, nunca mais usei, nunca mais mesmo, não me interessa.*

Questionamos ainda, sobre trabalho. Então, ele, respondeu:

*Agora so de menor ainda, to com dezessete, agora geralmente tão pegando mais com carterá assinada né. Pra mim já é difícil, de menor, é difícil pega, que nem eu trabalho em construção... aí fica difícil, eles não pegam né. Sempre trabalhei, só que tem um momento que a gente né, fraqueza, a gente pensa que pode fazer a vida mais fácil.<sup>1</sup>*

Realizamos a segunda entrevista no dia 27 de novembro de 2003 no período matutino, na casa do adolescente Fernando (17 anos), que reside com a irmã e os sobrinhos, e que atualmente cumpre a medida de Liberdade Assistida em São José por porte ilegal de arma. Fernando, um tanto tímido, aceitou participar da pesquisa.

Primeiramente perguntamos o que Fernando entendia pela medida sócio-educativa de Liberdade Assistida. Com muita dificuldade e após um breve momento em silêncio adolescente disse: “eu to aprendendo alguma coisa né”. Mas ao ser perguntado se saberia explicar o que é a medida, imediatamente disse que não.

Fernando afirmou ter parado para refletir sobre o ato cometido:

---

<sup>1</sup> Referindo-se ao cometimento de atos infracionais.

*Parei assim, mais... depois me arrependi, né. Fui por besteira mesmo, to lá pagando lá no Conselho Tutelar lá, mais por besteira, nem era pra eu ta lá.*

Chamou-nos atenção o fato de Fernando ter referido-se ao programa como Conselho Tutelar sem perceber seu equívoco.

Com relação a algum tipo de colaboração o adolescente afirmou:

*[...] Agora toda segunda eu vo lá me apresento certinho, quando cumpri certinho vo limpa meu nome de volta, vo fica de boa, né. To com meus documentos e já to fazendo o resto dos meu documento tudo certinho. Vo sai legal de lá.*

O adolescente mostrou ter consciência dos acontecimentos em sua vida, da importância e da consequência do cumprimento integral da medida. Foi possível perceber a expectativa de uma vida longe de atos infracionais.

Pedimos que fizesse uma avaliação geral do programa, da equipe e dos atendimentos, Fernando em poucas palavras afirmou: “*são tudo legal lá*”.

Perguntamos se teria críticas ou sugestões a serem feitas, a resposta foi breve: “*nenhuma, tá tudo legal*”.

Quanto à família o jovem mencionou:

*Minha família significa tudo pra mim, né. [...] eles não sabiam que eu tinha me envolvido com essas coisas aí, né. Ai depois que souberam ficaram até sem jeito, né.*

Sobre a experiência dos atendimentos em grupo e sobre o relacionamento entre os adolescentes do grupo, Fernando também foi breve: “*Lá no grupo ta tudo legal! Conheci lá o Lucas, o José*”.



Questionamos também, quanto ao uso de drogas e o jovem afirmou já ter feito uso. Ele disse: *“Já usei, dois tipo, que é cigarro e maconha, só que agora é só cigarro né... cada cabeça sua sentença. Se eu puder dá uma força pra pará até ajudo”*.

Após isso, perguntamos se ele estava trabalhando atualmente. Fernando logo respondeu: *“agora tô parado, mas já trabalhei. Comecei com quinze, dezesseis anos, ajudava minha mãe que faleceu né”*.

Já que não está trabalhando atualmente, indagamos se Fernando utilizava seu tempo livre para estudar. O adolescente mencionou:

*vo volta a estuda esse ano agora. Eu parei na quinta série, só que vo faz supletivo. To aí sem fazer nada, pelo menos com estudo depois posso adquirir alguma coisa pra gente né.*

Ele mostrou-se um rapaz de poucas palavras, talvez tímido. Durante a entrevista ficou olhando para o chão e demonstrou dificuldade em se expressar.

Já a terceira entrevista foi realizada logo em seguida, na casa da adolescente Maria Eduarda (19 anos) que já cumpriu a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida.

Indagada sobre a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, Maria Eduarda, que reside com os pais e as irmãs, sorrindo afirmou:

*Aprendi, levei puxão de orelha e... até hoje se fosse pra mim tá lá hoje, não como eu queria, ter passado a mesma coisa, mas queria tá lá hoje pra aprender bem mais.*

A jovem destacou ainda, ter parado para refletir durante o cumprimento da medida sobre o ato que cometeu, no caso, Porte de Drogas:

*[...] bastante e aprendi bastante. Parei pra pensar que a vida que eu levei antes do que aconteceu, acho que essa vida não é pra mim, entendeu? Acho que eu tenho coisas melhores na vida pra fazer.*



Maria Eduarda afirmou que o cumprimento da medida mudou sua vida para melhor. Fez uma boa avaliação do programa: “*a avaliação do programa é ótima, não tenho do que reclamar. O pessoal é bom, tudo gente fina*”.

Perguntamos se teria alguma crítica ou sugestão. Após alguns segundos em silêncio, a jovem mencionou:

*Olha, pra falar a verdade... pra falar verdade não tenho nenhuma crítica, porque o programa é bom, entendeu? Agora quer sai de lá do jeito que era antes, quem não tem cabeça no lugar. Atenção não teve, atenção nas aulas, por exemplo, aula de pintura, aula de dança que eu não fiz, fiz aula de pintura.*

Sobre sua família e sua participação durante o cumprimento da medida, Maria Eduarda afirmou que todos sempre estiveram ao seu lado, e sem muito pensar destacou:

*Quando aconteceu o negócio comigo, minha mãe quase foi pro bebelê, né. E depois que... depois que eu fui pra lá, eu tive que ir pra lá, né. Cumpri, foi bom porque graças a Deus eu saí desse negócio aí.*

Pedimos também, que falasse sobre o grupo formado pelos adolescentes que estavam cumprindo a medida na época. A jovem mencionou:

*Tinha uns amiguinhos legal lá. Amiguinhos entre aspas, na realidade não são amigos. O pessoal lá era bom, mais muita gente desistiu pra continuar o que levava antes, né. Tanto é que um guri deixou de ir pra lá, não vou citar nomes, né, pra fazer o que tava fazendo e continuar roubando e hoje tá no São Lucas. Minha amizade de hoje são bem melhores do que de antes, com certeza.*

A mãe da adolescente, Dona Glória, que acompanhou a filha durante a entrevista pediu permissão e expôs sua experiência de ter participado das reuniões de grupo

participando de perto, em companhia de Maria Eduarda, durante todo o cumprimento da medida, e que seria interessante se os pais acompanhassem seus filhos nas reuniões, pois poderiam partilhar seus sentimentos com relação ao cometimento do ato, e assim trabalharem juntos para mudar a situação. Sugeriu ainda, que fosse criado um grupo específico para trabalhar essas questões entre pais e filhos.

Quanto ao uso de drogas Maria Eduarda negou qualquer envolvimento: *“não usei, a minha única droga é o meu cigarro”*.

A jovem mencionou ainda, não estar trabalhando: *“no momento to parada, tá difícil”*.

Durante a entrevista ela demonstrou ter vontade de fazer parte da equipe do programa, de estar levando sua experiência aos adolescentes que estão cumprindo a medida de Liberdade Assistida. Reafirmando a vontade de vencer na vida e de fazer algo por si mesma, mencionou: *“to terminando o supletivo agora, falta um ano e meio. Eu tenho que ser alguma coisa na vida né, pelo amor de Deus”*.

Ainda nesta mesma data, realizamos a quarta entrevista. Nos dirigimos a casa de Lucas (17 anos) que reside com a mãe e o irmão mais novo, e que ainda cumpre a medida por Tentativa de Furto, aceitando prontamente em contribuir para a pesquisa.

Começamos perguntando para o adolescente o que entendeu por medida sócio-educativa de Liberdade Assistida. Lucas respondeu rapidamente: *“[...] eu entendi que eu so obrigado a paga porque cometi um ato infracional e eu tenho que paga né”*.

Após isso, pedimos que fizesse uma reflexão sobre o ato infracional cometido. O adolescente afirmou num tom de desânimo: *“Agora em vez de eu muda to piorando mais ainda”*.

Lucas afirmou estar fazendo uso de drogas, e que isso o tem preocupado muito, pois de acordo com seus relatos, o uso de drogas tem sido bastante freqüente.



Perguntamos de que ou de quem depende sua mudança, e o adolescente respondeu, afirmando não ter força de vontade: *“O programa não tem nada a vê, o programa só ajuda a pessoa, cada vez ela ajuda mais ainda. Quem tem que ter força de vontade é o cara, né”*.

Quanto a reflexão sobre o ato infracional cometido, o adolescente afirmou:

*Errado é, mais eu não quero mais fazer, só que aí tu usa droga, tu vai e faz porque tá alucinado. O ato que eu cometi foi robo assim...nois tava num baile aí, no final deu vontade de dar uma banda, quando nois vimo já tava preso já. Fomo lá e robamo um cara no ponto de ônibus, pra compra droga.*

De acordo com seus relatos, Lucas tem consciência do erro cometido, mas sabe que continua no mesmo caminho, pois ainda está envolvido com drogas.

*[...] droga é bom só na hora, depois que acaba tudo aí tem o arrependimento... mais aí já era tarde, depois de ter usado já é tarde. A droga tem hora que tu usa parece que te faz feliz, tem hora que ela te faz... não sei explicar direito. Droga é droga, é alucinação, né. Cada pessoa ela dá um negócio diferente, né.*

Sobre o Programa Liberdade Assistida o adolescente mencionou:

*Pra mim a única coisa que tem é que tu vai ali, não é um tempo que tu perde assim cara. É legal ali, tu vai ali, conhece um monte de gente, tu conversa, tu brinca. Eu acho o programa até bom demais. Eu é que não soube aproveitar.*

Perguntamos se ele acha que ainda dá tempo de aproveitar. Lucas respondeu, sem constrangimento: *“não, já era... no estado que eu tô indo, já era”*.

Ainda indagamos se ele aceitaria algum tipo de ajuda para modificar e melhorar sua atual situação. Ele respondeu, demonstrando estar desanimado e sem esperanças:



*“gostaria, mas não adianta mais, mais vale esperar vim até o resultado... to esperando o resultado agora”.*

Diante de tanto desânimo, o questionamos sobre o que pensa a respeito de seu futuro. Sem muito pensar respondeu:

*[...] não sei, nem posso dizer que eu penso no futuro. Ultimamente não dá pra pensar mais nada. Trabalha eu tava trabalhando até pouco tempo aí, mas desisti.*

Perguntamos então, se estava difícil de conseguir um emprego e Lucas respondeu que no estado em que se encontra está difícil conseguir trabalhar.

Quando perguntamos se havia alguma crítica ou sugestão ao programa e à equipe, o adolescente, receoso, perguntou se poderia falar o que realmente pensava. Então disse:

*[...] às vezes ali tem dia que são meio de lua, tem dia que são bom, tem dia que o cara fala com eles ali, entra por aqui e sai pelo outro lado do ouvido. Parece que não tem aí pro cara. O atendimento ali pra mim nunca foi ruim. Eu achava que eles devia bota era uma coisa pra ti aprende ali dentro, não fica jogando bola; coloca era uma coisa pra ti aprende, tipo no São Lucas, ali tem a marcenaria, tem a horta.*

Como percebemos nos adolescentes entrevistados anteriormente, Lucas espera um pouco mais do programa, e cita a inserção em cursos para, além de aprender algum ofício, ter uma ocupação.

Sobre família, sua colocação foi a seguinte:

*Só a minha mãe mesmo, porque o resto... Só a minha mãe mesmo. A minha mãe que é tudo pra mim porque o resto não me interessa. Ela sempre me apoiou, né, por mais errado que eu teja ela sempre me apoiou.*

Com relação à interação do grupo no programa, o adolescente ressaltou:

*No programa lá as amizades são boas porque o cara conversa ali sobre guria, sobre coisa boa, né. Agora na rua não, na rua tu já pensa...só encontra cada um mais pior do que tu, daí só pensa em robá, robá, em assaltá aquele, usa droga e vende aquilo, é isso aí, né. Dentro do programa não, dentro do programa tu convida um pra jogar bola, pra jogar vôlei e aí fica na rodinha ali conversando coisa boa. Lá na rua não, na rua já é outro tipo de conversa, né.*

No dia 1º de dezembro, realizamos a quinta entrevista nas dependências do CIACAF, na sala de atendimento psicológico, cedida pelo psicólogo que faz parte da equipe do programa. Entrevistamos Bruno (19 anos) que reside com a esposa e o filho, e que já havia cumprido a medida no Programa de São José, por dirigir sem habilitação. O jovem era conhecido do período de estágio.

Sobre a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, Bruno colocou-nos, em poucas palavras, o que entendeu: *“Entendi que... a medida é pra ajudar quem fez alguma coisa errada ou algo errado, entendi isso aí”*.

O jovem afirmou ainda, não ter refletido sobre o ato cometido, caracterizando-o como nada grave, e que se precisasse, faria novamente. Destacou:

*Não parei pra refletir, né. Não cumpri coisa grave, mas mesmo se eu tivesse cumprido, todo mundo cumpriu a mesma coisa do que eu, mesmo sendo uma coisa grave.*

Quando indagado sobre a colaboração para uma possível mudança, Bruno respondeu sem constrangimento:

*Pra mim foi indiferente, porque não mudou nada, né. Pra mim, no caso eu faço de novo né, porque não mudou nada pra mim, vim aqui não deu nada, vim ou não vim dá no mesmo. Não fiz nada demais. [...] eu vim aqui não foi nada difícil. Não mudou nada, tá a mesma coisa. Pra mim*



*foi bom porque foi um negócio diferente, né. Vim aqui conversa, conheci um monte de gente.*

Sobre a avaliação do programa e da equipe, o jovem mencionou:

*O programa foi legal porque...porque não foi nada difícil né. Foi só conversa, achava legal. Não tinha nada contra, que eu não gostava de fazer era a parte da pintura, o resto era tudo legal. Pra mim como tava, tava bom, né. Tirando a parte de pintura que eu não gostava, o resto era legal. Conversava, falava com o psicólogo aí, assistia vídeo. Legal isso aí.*

De acordo com os relatos de Bruno, sua mãe foi a pessoa que teve maior participação durante o cumprimento da medida. Ressaltou:

*[...] a mãe achou melhor eu vim, né. Pra não ter problema com o Juiz. Achô legal, melhor do que se eu fosse pra rua, mas eu vim pra cá. Acho que é tudo né, sem eles eu não ia tá aqui, não ia viver, se não me criassem, se não me dessem educação como me deram.*

Sobre o grupo, colocou-nos que:

*[...] não fiz amizade com ninguém né. Eles não conversava com o cara. Falei com uns dois ali, mas não tinha amizade. Quando veio aqueles dali mesmo, do lado ali<sup>2</sup> ficava bem tudo estranho, nem olhava pro cara. Eu achei estranho. Era legal, davam bastante atenção pra nós, eu achava bom.*

Quando questionamos sobre os estudos, Bruno mencionou não ter vontade de dar continuidade, acreditando que isso não lhe faria diferença. Também negou qualquer envolvimento com drogas.

---

<sup>2</sup> Referindo-se aos adolescentes que saíram do Centro Educacional São Lucas.

Finalmente, a nossa sexta e última entrevista foi realizada na casa do jovem Ricardo (19 anos) que já havia cumprido a medida por Furto. Fomos recebidos prontamente por ele e por sua avó, pois a entrevista havia sido agendada com alguns dias de antecedência.

O jovem reside com os avós maternos e dois irmãos, mas mantém contatos periódicos com a mãe.

Perguntamos a Ricardo o que havia entendido pela medida de Liberdade Assistida. O jovem logo respondeu:

*Pra mim a medida foi que, uma chance pra não caí dentro de uma cadeia né. Dando uma chance pra gente podê pagá a medida na rua. Pra gente se liga mais como que é a vida pra não caí dentro de uma cadeia, dentro de uma pública, né. Daí nós pagamos essa medida pelo menos nós tamo perto das nossas família, né. Tamo na rua, no ar fresco.*

Com relação ao ato infracional cometido o jovem afirmou ter refletido. Destacando:

*[...] Já parei bastante vezes pra pensa que que eu fiz. [...] pô já fiz coisa errada, já deu tudo errado, fui preso, to pagando a medida então pô, não quero mais isso, mais como vó me ajuda, né. [...] a vó decidiu dá uma força pra mim, me levo pra igreja e agora graças à Deus e to mais calmo.*

Ricardo falou sobre a colaboração da medida para sua vida e fez uma avaliação geral do programa e da equipe, emocionado:

*Mudo o modo de eu sai na rua, agora eu saio sempre olhando pra trás, não voltando. A mudança foi ótima [...] Sem palavras, né. Porque a gente preciso, eu e minha vó precisamos de uma mão, voceis tavam tudo perto da gente, né. Foi Deus que envio voceis na nossa vida, né. Porque sem voceis eu não ia consegui também, né. Então pra mim, a equipe, pó, sem palavras mesmo, onde puderam ajuda, voceis iam arregaçavam a manga também e vinham ajuda a gente, vinha ajuda minha vó também que*



*preciso muito. Então vocês...é o que eu sempre falo pra minha vó, falo pra todo mundo, que a equipe da Márcia<sup>3</sup> mesmo... Porque tem Assistente Social aí que faz tudo ao contrário, entendeu. Vocês dá pra vê que vocês tão fazendo pra ajuda entendeu. Então, ajudando minha vó, pra mim é tudo. Como ta funcioando lá, acho que assim mesmo que é o certo. Tem muita mulecada de morro e ali tão se encaixando nos esportes. [...] acho que assim ta muito legal, né, porque a mulecada já tão abrindo a cabeça, não tão na rua, tão lá dentro, né.*

Ainda demonstrando muita comoção, Ricardo falou orgulhoso de sua família:

*Minha família pra mim é tudo né. [...] na época da medida deram muita mão pra mim, como assim, eu não podia falta na medida né, ficavam na minha ali: “não, não pode falta porque imagina se tu vai pra uma cadeia, o que vai se da gente”. [...] qual a família que quê vê o filho ou o neto no caminho errado, né. Nenhuma família quê, né. Então minha família, principalmente minha vó, luto pra caramba, luto pra caramba comigo aí, tava na batalha em qualquer lugar, né. [...] ela foi levanto a manga também, foi lutando, foi lutando, entendeu? Minha família pra mim, sem palavras também né. Agora que eu to botando na cabeça, não é isso que eu quero, não é esse mundo de ilusão, porque eu vivia num mundo de ilusão e minha família sempre falava pra mim eu nunca botava isso na cabeça, né. Agora eu to parando pra vê mesmo, que a minha família é tudo né.*

Ao final desta entrevista, questionamos o jovem sobre o uso de drogas. Envolvido por fortes sentimentos, não conseguiu falar, pois relembrou que já havia se envolvido com drogas, no passado. Deixando-o à vontade, encerramos nossa última entrevista.

Dando sequência ao nosso trabalho, passaremos então à análise dos resultados obtidos durante a pesquisa.

<sup>3</sup> Márcia Regina Ferrari é a assistente social coordenadora do Programa Liberdade Assistida do município de São José.

### **3.3 Avanços e Retrocessos da Execução e Cumprimento da Medida de Liberdade Assistida: a análise e o tratamento dos dados obtidos**

As experiências dos adolescentes nos programas resultaram em muitas informações, e nos apresentaram questões bastante complexas, convidando-nos a destacar vários aspectos, desde a execução da medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, passando pelo seu cumprimento, pelo envolvimento do adolescente com o programa, até a atuação dos profissionais de Serviço Social da equipe do programa do município de São José.

Buscaremos aqui, não apenas explicitar estes aspectos, mas tentar ultrapassar as limitações da pesquisa e transpor as dificuldades encontradas, articulando a teoria com os resultados obtidos, utilizando também, o Estatuto da Criança e do Adolescente como referência para análise dos dados obtidos.

Traçando o perfil dos adolescentes que cumpriram integralmente a medida de Liberdade Assistida, verificamos que a maioria deles, são do sexo masculino, correspondendo a 85% da demanda, e também que, na época do cumprimento, tinham em média dezessete e dezoito anos de idade.

Ficou-nos claro, não somente com a explicitação dos dados obtidos na pesquisa, mas também durante o período de estágio, que a maioria dos adolescentes atendidos possuíam baixa escolaridade, pois não haviam cursado mais que o ensino fundamental, tendo a maioria estudado somente até a quinta-série do ensino fundamental, sendo que outros, sabiam apenas escrever seu próprio nome.

Além disso, podemos destacar que grande parte destes adolescentes residem na região mais pobre do bairro Ipiranga, no município de São José, ou seja, são provenientes de famílias de baixa renda.



Percebemos que 55% dos adolescentes desenvolvem algum tipo de atividade remunerada. Mesmo em número considerável, podemos notar que há uma parcela relevante de adolescentes fora do mercado de trabalho, decorrente, em muitos casos, da ausência de escolaridade e de capacitação profissional, e/ou pela falta de oportunidade: essa é uma das expressões que compõe a questão social brasileira.

Ainda neste contexto, relacionamos o uso de drogas à prática do ato infracional, uma vez que, de todos os adolescentes atendidos, 20% mencionaram ter feito uso de alguma substância entorpecente enquanto 60% não admitiram o uso.

Apesar de boa parte dos adolescentes negarem o uso de drogas, percebemos que muitos demonstram ter alguma relação com tais substâncias, um dos motivos que pode ter levado ao cometimento de atos infracionais.

Constatamos que dentre os atos infracionais perpetrados pelos adolescentes, o furto aparece com o mais alto índice, com média de 30% e o porte de drogas aparece em segundo lugar, com 25%. Isso expressa uma situação preocupante, pois muitos deles furtam para poderem suprir a necessidade da droga. Uma vez que não trabalham, são advindos de famílias de baixa renda, e somente conseguem a droga por esse meio; e em outro caso, são apanhados pelos policiais pelo porte de armas, que é ilegal.

A partir desses números, podemos afirmar então, que o adolescente autor de ato infracional atendido pelo Programa Liberdade Assistida do município de São José é, de modo geral, do sexo masculino, tem entre dezessete e dezoito anos, possui baixa escolaridade, provém de família de baixa renda, é morador de bairros de forte exclusão social, faz uso de drogas, mantém alguma atividade remunerada, e o furto aparece como o principal ato cometido, e não cometeria, reiteradamente, atos infracionais.

Em se tratando dos relatos obtidos a partir das entrevistas, observamos que os adolescentes não estavam totalmente cientes do que seria a medida sócio-educativa de

Liberdade Assistida, fato que chamou-nos atenção, já que tais noções são enfatizadas e discutidas no primeiro atendimento realizado pela equipe do Programa do município de São José.

*“Foi explicado naquele dia né...fui lá tive na entrevista...”* (Adilson – 17 anos). Mesmo não sabendo falar sobre a medida, a maioria demonstrou consciência da importância da medida e da obrigação do seu cumprimento: *“eu to aprendendo alguma coisa né”* (Fernando – 17 anos); *“eu entendi que eu so abrigado a paga porque cometi um ato infracional...”* (Lucas – 17 anos); *“[...] uma chance pra não cai dentro de uma cadeia né”*. (Ricardo – 19 anos).

A equipe do Programa Liberdade Assistida tem como compromisso possibilitar aos adolescentes autores de ato infracional, a reflexão acerca do ato cometido e suas conseqüências. Nos relatos dos adolescentes entrevistados podemos perceber que o programa possibilitou, no desempenho de um trabalho multidisciplinar, essa reflexão. A responsabilização de seus atos através do cumprimento de uma medida sócio-educativa auxiliou na conscientização de que, mesmo com a morosidade da justiça, de certa forma, aqueles que transgridem a lei não ficam impunes.

O desabafo de alguns dos entrevistados demonstrou arrependimento em relação ao ato cometido e a expectativa de uma vida diferente: *“a gente sempre pensa né, que é um erro que a gente faiz, né... agora não penso mais faze isso, nunca mais”* (Adilson - 17 anos); *“[...] parei pra pensa que a vida que eu levei antes do que aconteceu, acho que essa vida não era pra mim...”* (Maria Eduarda – 19 anos).

Em alguns casos ainda, a medida fez emanar uma súplica ou um pedido de socorro, pois muitas vezes, o adolescente quer, mas não consegue realizar a mudança sem o auxílio de outras pessoas: *“agora em vez de muda to piorando...”* (Lucas – 17 anos). Já



em outros, demonstram apenas a indiferença: *“não parei pra refletir, né. Não cumpri coisa grave...”* (Bruno – 19 anos)

Os adolescentes são pessoas em desenvolvimento; isso é confirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Art. 6º: são seres em transformação. A adolescência é uma fase marcada não só pela transformação das características biológicas, mas também pela estruturação final da personalidade, conforme menciona Osório (1989).

Por esses e outros fatores, podemos considerar como normais as contradições em suas falas e pensamentos, pois suas idéias ainda estão se formando. Um dia pensam de uma forma, no dia seguinte já mudam de opinião, num dia estão certos, no outro reconhecem seus erros.

Na fala dos entrevistados ficou evidente que o cumprimento da medida teve uma boa colaboração para alguma mudança em suas vidas, e, conseqüentemente na dinâmica familiar, que acaba fragilizando-se com os acontecimentos inesperados como, por exemplo, atos infracionais perpetrados por algum membro da família ou pelo uso de drogas.

As drogas provocam mudanças significativas na vida familiar. Num ambiente familiar onde exista um dependente químico, toda a família é afetada; diante disso, todos os membros precisam ser trabalhados, pois a família não pode ser entendida como vítima, mas como parte integrante da questão, podendo tanto ajudar quanto piorar a situação.

A família é fundamental para o sucesso do tratamento da dependência química, pois quanto maior for seu envolvimento, maior a possibilidade de êxito. Através do tratamento procura-se junto ao dependente químico, elaborar um novo estilo de vida e para isso é importante que haja o apoio e o acompanhamento da família, reforçando a idéia de que ela também deve ser envolvida no processo.

A família, para todos os adolescentes entrevistados foi mencionada de uma forma especial. Percebemos que o seu papel durante o processo sócio-educativo foi bastante importante, pois o apoio, em forma de alicerce, contribuiu de maneira fundamental para o cumprimento da medida, incentivando-os a não descumprir: “[...] a mãe achou melhor eu vim né” (Bruno – 19 anos) “[...] na época da medida deram muita força pra mim, como assim, eu não podia falta na medida né...” (Ricardo – 19 anos).

Segundo Kaloustian (1994, p. 11)

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, de desenvolvimento e proteção integral dos filhos e demais membros, independente do arranjo familiar ou forma como vêm se estruturando.

Portanto podemos dizer que a família, seja como for, é um ponto de referência para o adolescente; é nela que, em muitas situações, difíceis ou não, ele encontra abrigo e compreensão. Por isso, o trabalho desenvolvido pelos profissionais do Programa Liberdade Assistida do município de São José, busca o acompanhamento do adolescente juntamente com sua família, como forma de envolvê-los tornando seus laços afetivos mais estreitos.

As trocas afetivas na família imprimem marcas que as pessoas carregam a vida toda, definindo direções no modo de ser com os outros afetivamente e no modo de agir com as pessoas. Esse ser com os outros, aprendido com as pessoas significativas, prolonga-se por muitos anos e frequentemente projeta-se nas famílias que se formam posteriormente. (SZYMANSKI, 2002, p. 12).

Hoje, os núcleos familiares organizam-se das formas mais variadas e apesar de todas as mudanças históricas, econômicas e sociais, a família continua desempenhando importantes funções educativas.



O programa e o trabalho desenvolvido pela equipe recebeu uma boa avaliação. Os adolescentes ressaltaram em suas falas a importância do atendimento, do interesse dos profissionais em fazer algo por eles, da atenção recebida. Apesar disso, mostraram que um novo projeto de vida longe do ato infracional não depende somente do programa, mas da vontade própria de cada adolescente: “[...] *quem tem que ter força de vontade é o cara, né*” (Lucas – 17 anos).

Os atendimentos em grupo foram vistos pela maioria dos entrevistados como uma atividade ocupacional, que proporcionou momentos de descontração e interação entre os jovens que cumpriam a medida.

De acordo com Trecker (1965), o trabalho em grupo favorece situações de envolvimento, participação e troca, criatividade e aprendizagem. Nos atendimentos em grupo o indivíduo encontra outras pessoas que estão na mesma situação vivenciada por ele, permitindo um sentimento de identificação, reafirmação e aceitação.

Os adolescentes entrevistados fizeram poucas críticas ao programa e a equipe: “*não tenho nem o que fala são tudo ótimo...*” (Adilson – 17 anos) “[...] *ta tudo legal... são tudo legal lá*” (Fernando – 17 anos) “[...] *o atendimento ali pra mim nunca foi ruim*” (Lucas – 17 anos). Mas, ao mesmo tempo, explicitaram suas sugestões que foram percebidas por nós, como uma necessidade em fazer algo útil; ficou evidente a vontade de participar de modo que tornassem as atividades propostas mais dinâmicas, assim como o ser adolescente, que por si só, já é dinâmico.

Nesse viés, Volpi (2002) destaca que o planejamento de atividades deve ser discutido e decidido em conjunto com os educandos, mas impondo limites legais na definição das regras a serem cumpridas, que devem ser informadas de uma forma pedagógica e clara, de modo que estimule a participação dos adolescentes na organização das atividades propostas pelo programa.

É interessante ressaltar que as propostas destacadas pelos entrevistados variaram entre participar ativamente do programa, até a manifestação de outras necessidades, como a de inserir-se em cursos profissionalizantes, almejando uma colocação no mercado de trabalho que exige qualificação.

Diante dos resultados obtidos com a pesquisa, notamos que os adolescentes, durante o cumprimento da medida, esperam muito mais do que o programa pode oferecer, muito mais do que está ao alcance dos profissionais, e outras coisas nem tão distantes. Cabe ao profissional de Serviço Social, buscar conhecer a realidade e a necessidade de cada adolescente para então, direcionar sua intervenção de acordo com a demanda apresentada e com os recursos disponíveis.

Percebemos na fala de alguns adolescentes uma concepção errônea do trabalho dos assistentes sociais, como uma concepção de favor, de ajuda: “[...] *que eles me ajudaram foi bastante coisa né, tudo que nós precisamos aí né, nós pedia lá, nós ganhava...*” (Adilson – 17 anos) “[...] *o programa só ajuda a pessoa...*” (Lucas – 17 anos) “[...] *a medida é pra ajuda quem fez alguma coisa errada...*” (Bruno – 19 anos).

Ainda é possível encontrar pessoas que cometem o mesmo erro, que confundem assistência social com assistencialismo, por se tratar de uma concepção construída historicamente.

Oliveira (1996) utiliza essa distinção: a assistência social, além de ser um direito do cidadão, é uma assistência contínua, apoiada na provisão de bens ou concessão de auxílios financeiros ou materiais conjugados a prestação de serviços sociais, que visam a promoção social através da educação dos grupos mais vulneráveis; por outro lado, o assistencialismo, possui caráter provisório e descontínuo, gerando dependência para com o doador, além de tratar-se de uma prática paternalista, paliativa e clientelista.



[...] ao trabalhar a demanda individual da assistência como assistencialismo, atenuará as tensões e secundariamente, atenderá a demanda dos setores populares, mas, de modo fundamental, reforçará a necessidade do Estado camuflar as desigualdades sociais, legitimando-as e reproduzindo as relações sociais capitalistas. (CARVALHO, 1987, p. 58).

Nesse sentido, destacamos a necessidade de trabalhar no sentido da formação de uma consciência coletiva nas alternativas de promoção social e transformação que contribuam para a conquista da cidadania da população, de forma que venha a romper com a relação de dependência e de ajuda, mantidas pelo Estado, que intervém e controla a população vulnerável através de programas sociais responsáveis pelo atendimento das necessidades de subsistência, como forma de amenizar, e não de solucionar o problema.

De acordo com OLIVEIRA (1996, p. 133), o caráter assistencialista,

[...] não decorre da tarefa em si, mas da direção que o assistente social imprime à mesma. Quer dizer, o problema não está no objeto que se repassa, mas como é repassado, no como a prática profissional se desenvolve. Assim é que não se nega a prática da assistência social, mas o assistencialismo, pela forma mecânica, individualista e alienante que caracteriza este tipo de ação.

Por isso o assistente social deve delimitar sua intervenção buscando superar a concessão de auxílios de caráter emergencial, propondo-se à formulação de estratégias que fujam do assistencialismo, e visem a promoção social através do reconhecimento dos direitos dos usuários, conscientizando-os que os serviços oferecidos, tratam-se de um direito e não um mero favor.

### **3.4 A Atuação do Serviço Social Frente ao Atendimento de Adolescentes em Conflito com a Lei: buscando respostas a essa realidade**

Diante das inúmeras expressões da questão social, enfatizamos como uma das mais preocupantes a situação do adolescente autor de ato infracional, que requer formas de atendimento claras e capazes de promover um processo de mudança, que resgate efetivamente, sua auto-estima e os direcione aos seus direitos enquanto cidadãos.

A prática infracional ocorre por motivos diversos, e cada adolescente traz consigo os motivos que o levou a transgredir a Lei, sendo influenciado pela soma de condições internas e externas ao meio em que vive e ocasionado por uma série de acontecimentos.

Esses jovens refletem, através de suas atitudes, uma determinada realidade conjuntural que a todos envolve, desde sua família, até a comunidade em que vive, marcados também, por uma sociedade que descumpre suas obrigações para com a criança e o adolescente, conduzindo-os para a prática delituosa.

O adolescente autor de ato infracional, nesse sentido, acaba fornecendo a sociedade um estereótipo em relação ao menino pobre, associado à prática de delitos, à periculosidade causando medo à sociedade: é a criminalização do pobre - o "pobre perigoso" que deve ser controlado e educado.

O cometimento do ato infracional perpassa todas as classes sociais. Desta forma, não podemos relacionar a pobreza ao ato infracional, e mesmo que alguns dados nos confirmem que ele ocorra com maior frequência nas classes mais empobrecidas, ela é somente um dos vários fatores presentes na determinação da criminalidade.



A adolescência é um período propício para ocorrência de práticas delituosas, pois é a fase da afirmação da identidade, na qual é comum a contestação à autoridade, a recusa aos limites e o desejo de transgredir e contestar regras.

Segundo Rosa (2001), existem diversas tentativas de explicar as raízes e os motivos da violência, mas ela destaca duas correntes básicas: uma que coloca culpa na sociedade, inclui a própria definição de juventude, a conjuntura sócio-econômica, o contexto cultural e o sistema de organização e controle social; e a outra que procura as causas no indivíduo, no sujeito que, sob a influência de determinações sociais, se torna efetivamente um transgressor, estruturando-se psicologicamente como tal.

Muitos adolescentes em conflito com a lei provêm de lares vulneráveis, onde seus direitos não são respeitados, que, dentre tantos outros fatores, tem contribuído para o aumento de infrações. Por isso, destacamos aqui, a necessidade do desenvolvimento de ações que visem a promoção de melhores condições de vida para a família, para que existam condições de garantir a seus filhos, meios dignos de sobrevivência.

Vivemos numa sociedade, que lhes retira a possibilidade de uma vida digna, fazendo com que essas crianças e adolescentes construam caminhos diferenciados, que se repetem em vários lugares. Alguns submetem-se à disciplina do trabalho, papel de pobre honesto; outros vivem no mundo informal, perambulando pelas ruas, vitimizados pela miséria, e tornam-se carentes e abandonados, clientes de instituições de assistência social; e outros ainda, trilham os caminhos da criminalidade, como possibilidade, por força de contatos proporcionados pela rua e circulação de pessoas de diversas origens, movidas por escrúpulos que vão, desde o apoio, até a exploração, estabelecendo alguns vínculos com instituições de privação de liberdade.

Nesse sentido, podemos afirmar a existência de crianças e adolescentes num sistema de triangulação de abandono: abandonados pelos pais, que deles não podem cuidar;

abandonados pela sociedade, estruturada pelas regras de um capitalismo selvagem; e ainda, abandonados pelo Estado, que não deixa claro suas responsabilidades, não atingindo assim, o objetivo que propõe nessas situações.

O cometimento de atos infracionais por crianças e adolescentes pode ser visto como uma forma de chamar a atenção da família e do Estado, como se fosse um *pedido de socorro* que deve (ou pelo menos deveria) ser atendido com prioridade como estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Art. 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

O atendimento realizado pelos profissionais de Serviço Social frente ao ato infracional baseia-se na ação de cunho, além de social, educacional, onde a educação é vista como uma das prioridades no processo do cumprimento das medidas sócio-educativas, possibilitando assim, uma reflexão crítica acerca da realidade vivida pelo adolescente, auxiliando-o no entendimento de seus conflitos.

A ação do assistente social está comprometida em desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e, conseqüentemente, construir propostas de trabalho capazes de preservar e efetivar direitos a partir da demanda.

[...] para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão de dentro do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade. (IAMAMOTO 2001, p. 20)

O trabalho junto a adolescentes em conflito com a lei requer uma visão ampla, um trabalho especializado e criativo para lidar com tal demanda. Insere-se neste contexto o



assistente social, um profissional capacitado para formular, avaliar e recriar propostas de intervenção, comprometido com a qualidade de seu trabalho.

Segundo Iamamoto (2001, p. 75), o grande desafio do assistente social é:

[...] redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidários com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade.

O Assistente Social, com relação ao atendimento de adolescentes em conflito com a lei, deve estar aberto para captar novas alternativas para a ação profissional, comprometido com o bem estar integral do adolescente e sua família, buscando estratégias que permitam reforçar a importância do trabalho desenvolvido, sem esquecer-se do vínculo com a instituição da qual faz parte.

De acordo com Fernandes (1998), o trabalho social junto aos adolescentes em conflito com a lei, é diferenciado, pois cada um desses sujeitos possui uma maneira singular de ser e de ver a realidade em que vive. Cada um tem uma cultura e valores particulares e diferentes predisposições para projetos de vida.

E desta forma, entendendo o Serviço Social como uma das formas institucionalizadas de intervenção nas relações entre sujeitos no cotidiano da vida social, buscando apreender as particularidades e características da realidade que o cerca, aspectos estes que dão conotação à sua prática, destacamos sua importância no trabalho junto aos adolescentes autores de ato infracional.

É a partir do conhecimento da realidade de cada adolescente, de cada sujeito de sua atuação, que o assistente social, que participa desta realidade, poderá propor novas ações, aliadas ao projeto pedagógico de cada programa que, por sua vez, deve oferecer um trabalho educativo visando a educação para o exercício da cidadania, e um espaço que

permita ao adolescente a reflexão sobre os motivos que o levaram a praticar o ato infracional.

Sabemos que o Serviço Social não conseguirá enfrentar essa questão do ato infracional perpetrado por adolescentes sem o apoio de políticas públicas que servem como base para a garantia dos direitos aos adolescentes.

Por isso, destacamos que o maior desafio do assistente social junto aos adolescentes autores de ato infracional, é buscar a garantia dos direitos violados e mostrar para a sociedade, sua parcela de culpa nesta situação, quando marginaliza um jovem por um erro cometido, estigmatizando-o e discriminando-o.

Enfim, podemos afirmar que a prática profissional do assistente social situa-se como uma ação global, permeada por diferentes culturas, comportamentos, etnias, cujo objetivo é socializar mudanças coletivas na maneira de ser, de sentir, de ver e agir dos indivíduos: e é isso que deve nortear o trabalho do assistente social em programas que visem a sócio-educação de adolescentes autores de ato infracional.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atendimento a adolescentes em conflito com a Lei merece atenção especial, pois esta realidade, pode estar refletindo em suas ações, no que vivencia, em seu lar ou comunidade. Pensando dessa forma, podemos entender a prática do ato infracional como uma forma de *pedir socorro*, de *chamar atenção* para si e para a situação em que se encontra.

Muitos desses adolescentes são privados de seus direitos fundamentais, ficando as margens da sociedade, sem perspectivas de futuro, e vêm no “crime” a única maneira de sobreviver, ou talvez de ser respeitado. Sabemos que não podemos relacionar diretamente a pobreza ao ato infracional, mas podemos afirmar que esta condição torna-se propícia e desencadeadora de tais atitudes.

As medidas sócio-educativas, ao serem aplicadas, devem considerar não somente o ato infracional cometido, mas também o contexto familiar e sócio-econômico em que está inserido o adolescente, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Estas medidas são aplicadas através de programas específicos, sendo que estes programas não atuam isoladamente, mas necessitam estar articulados a uma rede de atendimento e a políticas públicas, que permitam ao adolescente usufruir de seus direitos enquanto cidadão.

Por isso, destacamos a necessidade do desenvolvimento de políticas sociais que dêem conta das necessidades da demanda, não somente como forma de reinseri-los à comunidade, mas também como forma de afastá-los da prática do ato infracional, visando uma ação preventiva.

De acordo com Giustina (1998) a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida permite ao adolescente reconstruir seus valores, sua convivência familiar, social, escolar e profissional, podendo *lhe* facilitar a construção de um novo projeto de vida.

Através da pesquisa realizada, percebemos que, embora os adolescentes sejam informados, pela equipe que compõe o programa no município de São José, do que se trata e a que se destina a medida de Liberdade Assistida, observa-se um desconhecimento dos participantes sobre os objetivos do cumprimento da medida.

A medida de Liberdade Assistida consiste na orientação, acompanhamento e atendimento ao adolescente autor de ato infracional e sua família, por isso é necessário construir um plano de atendimento personalizado visando a educação para a cidadania e o aumento da auto-estima do adolescente e de seus familiares, que muitas vezes têm seus direitos fundamentais violados.

O Programa Liberdade Assistida do município de São José tem o compromisso ético-político de desenvolver ações que permitam ao adolescente autor de ato infracional uma reflexão acerca do ato cometido, oferecendo atendimento personalizado e acompanhamento sistemático, não só ao adolescente, mas também à sua família, que por se encontrar em uma situação vulnerável, acaba fragilizando-se com acontecimentos inesperados.

Nesse contexto, destaca-se como o maior desafio da equipe de Serviço Social, contribuir para um novo projeto de vida distante da prática do ato infracional, embora tenhamos claro, que isso não depende somente dos profissionais do programa, mas principalmente de cada adolescente, considerando que muitos vivem em ambientes propícios a prática reiterada, seja pela falta de dinheiro ou segurança ou pelo uso de drogas; cabe primeiramente, ao adolescente, decidir o que considera *melhor* para sua vida, e o que deseja para seu futuro.



Muitos adolescentes vêm no cumprimento da medida uma chance para mudar de vida, mas quando retornam a seus lares, percebem que a realidade é diferente, encontrando dificuldades no retorno escolar, na inserção no mercado de trabalho, e ainda esbarrando nos estereótipos que a sociedade constrói em torno de um adolescente autor de ato infracional.

Isso nos remete a refletir sobre a ausência de políticas de atenção que dêem conta das necessidades desses indivíduos, vistos como pessoas em desenvolvimento, que acabam desamparados pela família, sem estrutura para ampara-los e necessitando de orientação externa, pelo Estado, que tem o dever de promover a esses adolescentes, meios para que sua cidadania seja resgatada e respeitada, e, pela sociedade, que o marginaliza, dificultando as já escassas possibilidades, de viverem em condições dignas, como sujeitos detentores de direitos, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O programa do município de São José oferece os serviços aos adolescentes, de acordo com suas possibilidades. Contudo, percebemos que o trabalho desenvolvido perde um pouco da credibilidade em virtude da escassez de políticas sociais destinadas aos adolescentes, fazendo com que as ações fiquem restritas a práticas imediatistas, na forma de concessão de auxílios de caráter emergencial e de necessidade pessoal, para que os adolescentes possam comparecer aos atendimentos propostos pela equipe do programa.

A partir da pesquisa realizada, podemos constatar que muitos adolescentes almejam inserir-se no mercado de trabalho, mas poucos cursos profissionalizantes gratuitos são oferecidos.

Ressaltamos ainda, que a baixa escolaridade também é uma questão que chama a atenção, pois dificilmente encontram-se escolas públicas que ofereçam turmas de

aceleração, uma vez que, muitos dos adolescentes entrevistados possuem distorção série/idade e necessitam de acompanhamento diferenciado.

A falta de educação, de saúde, de lazer, de emprego, de condições dignas de sobrevivência, acabam em alguns casos contribuindo para o cometimento de atos infracionais. Cabe então, aos profissionais de Serviço Social, com base nos meios legais, exigir dos órgãos responsáveis a implantação e implementação de políticas sociais públicas que atendam as necessidades e garantam os direitos de todos os adolescentes, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Outro obstáculo enfrentado pelo programa é a morosidade do judiciário, que conseqüentemente interfere na realização das atividades do programa, pois são encaminhados poucos adolescentes, o que dificulta o trabalho em grupo. Percebemos que esse fato tem prejudicado os adolescentes, pois é através dos atendimentos em grupo, que conseguimos conhecer o usuário e suas potencialidades, e assim, traçar um atendimento personalizado.

Por isso propomos aqui, como forma de melhorar os atendimentos realizados pelo Programa Liberdade Assistida do município de São José, buscar novas formas que estimulem a participação dos adolescentes na elaboração das atividades, pois assim, além de sentirem-se importantes, poderão talvez, dar mais valor as oportunidades que lhes estão sendo oferecidas.

E finalmente, destacamos aqui a necessidade da realização de um trabalho profissional por parte dos assistentes sociais, num compromisso com a qualidade dos serviços prestados, baseado na defesa intransigente dos direitos humanos, na ampliação e consolidação da cidadania. É essencial que este profissional posicione-se em favor da justiça social, e a partir de um projeto sócio-educativo, estimule a realização de atividades dinâmicas, que oportunizem o acesso à cultura, informação e lazer, sempre valorizando as



potencialidades dos adolescentes atendidos por todos os programas do CIACAF, juntamente com os adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas em meio aberto, como Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, possibilitando uma maior interação e envolvimento do grupo como um todo.

O assistente social precisa unir o dom da profissão, o estímulo à criatividade, a concretização de idéias, e acreditar na sua capacidade de mudar a realidade dos adolescentes inseridos no programa Liberdade Assistida do município de São José.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIC, Jean-Claude. Abordagem Estrutural das Representações Sociais. **Estudos Interdisciplinares de Representação Social**. In: MOREIRA, A. S. P, OLIVEIRA, DC (orgs.). Goiânia: AB, 1998, p. 27-38.

BRASIL. **Código de Menores**. Decreto nº17.943-A de 12 de outubro de 1927 e legislação superior. Col. Lex 32. Ed. Aurora LTDA. Rio de Janeiro. 1987.

\_\_\_\_\_. **Código de Menores** lei nº6.697 de 10 de outubro de 1979. São Paulo: Saraiva, 1981.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça CONANDA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Construindo a Garantia de Direitos. Brasília, 2002.

CARVALHO, A. M. P. O Serviço Social nas Relações Sociais: **movimentos populares e alternativas de políticas sociais**. São Paulo: Cortez, 1987.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CIACAF. **Projeto Político-Social do Centro Integrado de Atendimento à Criança, ao Adolescente e à Família**. (CIACAF – “Cidade da Criança”). São José, 2003. [mimeo]

FERRARI, Márcia Regina. A Ciranda das Medidas Sócio-educativas: **Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade no Município de São José**. Dissertação de especialização em metodologia de atendimento da criança e do adolescente em situação de risco. UDESC, 2002.

FERNANDES, Vera Maria Mothé. O Adolescente Infrator e a Liberdade Assistida: **um fenômeno sócio-jurídico**. Rio de Janeiro: CBCISS, 1998.



GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIUSTINA, Joacir Della. Medidas Socioeducativas em Meio Aberto: Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida. In: **Políticas Públicas e Estratégias de Atendimento Sócioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei**. Brasília: Ministério da Justiça, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: **trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a Vida com os Outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: **Textos em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 63-85.

KALOUSTIAN, Silvio. Amor e vínculo: **uma visão somático-emocional**. São Paulo: Summus, 1996.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: **pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1998.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. Assistência Social: **do discurso do Estado à prática do Serviço Social**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1996.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Adolescente Hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2. ed., 1989.

PEREIRA, Irandi, MESTRINER, Maria Luíza. Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade: **medidas de inclusão social voltadas a adolescentes autores de ato infracional**. São Paulo: IEE/ PUCSP, FEBEM, 1999.

RIZZINI, Irene. A Criança e a Lei no Brasil: **revisando a história** (1822 – 2000) Rio de Janeiro: USU, Ed. Universitária, 2000.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. O Adolescente com a Prática de Ato Infracional: a questão da inimputabilidade penal. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 67, ano XXII. Florianópolis: Cortez, 2001, p. 182-200.

SANDRINI, Paulo Roberto. História da Legislação Sobre Infância e Juventude. In: **Curso de Formação de Educadores Sociais**. Palhoça: UNISUL, 2002.

\_\_\_\_\_. Medidas Sócio-Educativas. In: **Curso de Capacitação de Educadores Sociais**. Palhoça: UNISUL, 2002.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as Teorias Implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: **Textos em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 117-145.

SZYMANSKI, Heloísa. Viver em Família como Experiência de Cuidado Mútuo: desafios de um mundo em mudança. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 71. Edição Especial. São Paulo: Cortez, 2002, p. 09-25.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Liberdade Assistida: **uma polêmica em aberto**. São Paulo: Série Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, IEE/PUCSP, 1994.

TRECKER, Harleigh B; TRECKER, Audrey R. **Como Trabalhar com Grupos**. Rio de Janeiro: Agir, 1965.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: **a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERONESE, Josiane Rose Petry; SOUZA, Marli Palma e MIOTO, Regina Célia Tamaso. (orgs). Infância e Adolescência, o Conflito com a Lei: **algumas discussões**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

VOLPI, Mário. **O Adolescente e o Ato Infracional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. Sem Liberdade, Sem Direitos: **a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a Lei**. São Paulo: Cortez, 2001.



**APÊNDICE A**  
**ROTEIRO PARA ENTREVISTA**

## **ROTEIRO PARA ENTREVISTA**

- A medida sócio-educativa de Liberdade Assistida
- Reflexão sobre o Ato Infracional cometido
- Colaboração do cumprimento da medida
- Avaliação do programa Liberdade Assistida e da equipe
- Críticas
- Sugestões
- Família
- Grupo
- Trabalho
- Drogas